

UFFS-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA
***CAMPUS* ERECHIM**

MAURÍCIO SÉRGIO BERGAMO

**EPÍSTOLA DA GEOGRAFIA: DA FORMAÇÃO CIENTÍFICA AO SURGIMENTO DO
ESTADO NA IDADE MODERNA**

Erechim, RS, março. 2013

MAURÍCIO SÉRGIO BERGAMO

**EPÍSTOLA DA GEOGRAFIA: DA FORMAÇÃO CIENTÍFICA AO SURGIMENTO DO
ESTADO NA IDADE MODERNA**

Monografia apresentada à UFFS, *Campus*
Erechim, como requisito parcial para a obtenção
do título de Especialista em História da Ciência,
sob a orientação do Professor Dr. Dilermando
Cattaneo da Silveira

Erechim, RS, março. 2013

Ao Pai Tupinambá, forte.
A Vó Catarina, poderosa.

AGRADECIMENTOS

Aos meus guias espirituais que iluminaram meus caminhos, sempre presentes, os quais sem eles nada teria feito.

A minha família, que me incentivou a fazer o curso de Pós – Graduação, ajudando-me a realizar meus sonhos, estando sempre ao meu lado.

Ao Prof. Dr. Dilermando Cattaneo da Silveira, pelas horas disponíveis de conversas sobre o assunto, transmitindo-me tranquilidade e segurança.

A meus colegas de classe e demais formandos pela amizade e companheirismo que recebi.

RESUMO

O desenvolvimento epistemológico da Geografia na Idade Moderna se enriquece com a somatização do homem como seu objeto de investigação e estudo, tornando a Geografia uma Ciência capacitada para tratar de temas relacionados à Política, ao Poder e ao Território. Esses conceitos são essenciais nas abordagens relativas aos protótipos de Estados de quadras temporais passadas, na Antiguidade, Idade Média e Moderna, que se revelam hoje, como modelos impregnados de problemáticas sociais, devido à centralização de forças manipuladoras de instituições e personalidades individuais e coletivas. Por isso, entender o processo de desenvolvimento da Ciência Geográfica, tendo o conhecimento das teorias dos principais Geógrafos Clássicos e Libertários, faz do pesquisador bem como do leitor, pessoas esclarecidas sobre a configuração territorial da atualidade. As representações teóricas dos principais nomes da Geografia na Idade Moderna, o conjunto de expressões acerca dos modelos de Estados apresentados por filósofos da Idade Antiga, Medieval e Moderna, e, as conjunturas referentes à transição do modo de produção feudal para o capitalista, dão suporte e legitimam os conceitos de Estado, Território e Poder, os quais estão estritamente relacionados com o momento que torna o homem objeto de estudos geográficos e a configuração territorial contemporânea.

Palavras-chave: Desenvolvimento Epistemológico da Geografia, Política, Poder, Território, Ciência

ABSTRACT

The epistemological development of the Modern Age Geography is enriched with the somatization of man as its object of study and research, making the Geography a Science able of discuss issues related to Politics, Power and Territory. These concepts are essentials in issues concerning State prototypes of passed times, in the Antiquity, Midle Age and Modern Age, which are revealed today as models imbued with social problems due to power centralization in institutions that manipulate individual and collective personalities. For this reason, understanding the process of development of the Geographic Science, having the knowledge of the main Classic Geographers and Libertarians theories, makes the researcher as well as the reader, enlightened people on the territorial configuration of today. The theoretical representations of the leading names of Geography in the Modern Age, the set of expressions on the States models presented by philosephers of the Ancient, Medieval, and Modern Age, and the conjectures concerning the transition from of the feudal mode of production to the capitalist mode, supports and legitimize the concepts of State, Territory and Power Relations, which are strictly related to the momint that the man becomes object of geographical studies and the contemporary territorial configuration.

Key-words: Epistemological Development of Geography, Politics, Power, Territory, Scince

Sumário

1. Introdução.....	8
1. 1. Objetivos	12
1. 2. Justificativa	13
1. 3. Caminho Metodológico.....	14
2. Constituição da Geografia como Ciência na Idade Moderna.	16
2. 1. Kant.....	16
2. 2. Karl Ritter e Alexandre Von Humboldt	20
2. 3. La Blache e Friedrich Ratzel	24
2.4 Élisée Reclus, Pietr Kropotkin e a Geografia Libertária	32
3. Os modelos de Estado em diferentes épocas	36
3.1. Idade Antiga: as formas de governos e os Estados na Grécia Antiga	37
3.1.1. Monarquia	38
3.1.2. Aristocracia	40
3.1.3. República.....	42
3. 2. Idade Medieval: Política, Poder e Moral em Maquiavel	45
3. 3. Idade Moderna: Estado de Natureza e Estado Civil em Hobbes.....	48
4. A Constituição do Estado Moderno.....	50
4. 1. Outras contribuições para, o entendimento da exaustão do Feudalismo e o surgimento do novo modo de produção aliado ao Estado Moderno.	53
4. 2. O Território sob perspectiva do Estado e a Reforma Epistemológica deste	58
4. 3. O poder sob perspectiva do Estado	61
5. Sobre relações possíveis entre o desenvolvimento epistemológico da Geografia e o surgimento do Estado	64
6. Apontamentos Conclusivos.....	68
Referências.....	72

1. Introdução

O título *Epístola da Geografia: Da Formação Científica ao Surgimento do Estado na Idade Moderna*, foi determinado, pois, nesse trabalho se encontram os legados, os postulados e as teorias dos grandes nomes que foram responsáveis, não por difundir no planeta o cristianismo, mas sim, para mostrar, determinar e influenciar o pensamento geográfico de muitas gerações de comunidades científicas e filosóficas, bem como de estudantes do mundo ocidental.

Além de apresentar extraordinários nomes da Ciência Geográfica na modernidade, este trabalho toma-se das teorizações de grandes nomes da Filosofia Antiga, Medieval e Moderna, para mostrar leitor, que mesmo em modelos de estados, dessas quadras temporais passadas, já estavam implícitas noções dos conceitos de “Território, Relações Sociais e Poder”, as quais foram impregnadas ao termo, somente na década de 60 com a reforma epistemológica dos conceitos.

Os nomes que serão tratados aqui, são marcos, ícones e pilares, impossíveis de serem desconhecidos na academia, no sentido platônico do termo. Estes nomes, assim, como os apóstolos que foram responsáveis por difundir o cristianismo no planeta, irão fazer da Geografia uma ciência imprescindível, incontestada e incontroversa para tratar de temáticas ligadas à sociedade.

Contribuindo para a formação acadêmica de todos os níveis, os autores que serão aqui investigados, deixaram mais do que apenas simples epitáfios. Eles continuam e continuarão existindo durante toda a eternidade no pensamento de estudantes, instigados para entender a realidade que cerca todos os seres humanos e que abarca infinitos fenômenos problemáticos de nosso cotidiano.

Além dessas conjecturas postuladas e que permanecem vivas nas obras escritas de cada um desses grandes autores, a inspiração pelo nome *Epístola da Geografia: Da Formação Científica ao Surgimento do Estado na Idade Moderna*, foi objetivado e estabelecido com o intuito de reunir, neste trabalho, as principais hipóteses, no sentido popperiano do termo, um conjunto de raciocínios, que do meu ponto de vista, dentro da Ciência Geográfica é pouco especulado por estudantes.

Por se tratar de inúmeras temáticas e objetos de estudo, que se encontram entre esses intervalos epistemológicos da Geografia – do processo de formação científica ao surgimento do Estado Moderno – o título dessa monografia é uma metáfora à um dos livros mais conhecidos e de maior volume em todo o planeta; a Bíblia Sagrada, que nada mais é do que um conjunto de situações em forma de parágrafos e textos, riquíssimos em conteúdos históricos, os quais revelam o comportamento psicológico, individual e social no início de nossa era.

No entanto, não aparece como objeto de estudo desse trabalho Deus ou os discípulos de Jesus, pois, o termo epístola conforme o Dicionário Aurélio (2008) significa: “Cada uma das cartas dos

apóstolos que visavam o reforço da fé entre os cristãos.” (p. 357). Todavia, metaforicamente cheguei a este título, por considerar a Geografia uma Ciência Onipotente, que pode estudar tudo, e Onipresente, que está em todos os lugares, assim como o Ser divino em sentido cartesiano.

Sem a intenção de tentar ferir qualquer tipo de fé cristão ou não, a metáfora do título não remete a qualquer crença religiosa ou espiritual. Ele alude aos vestígios epistemológicos deixados pelos grandes nomes da Geografia e da Filosofia, que a cada novo dia, ganham a simpatia, a estima e o encantamento de novos correligionários e estudantes seguidores dessas disciplinas.

A Idade Moderna, para o conhecimento geográfico foi de grande importância. A expansão do conhecimento da superfície terrestre – espaço – por parte dos homens, aliado ao repúdio de idéias e crenças duvidosas sobre seus indícios, tornam a Terra mais nítida e composta por objetos de estudos geográficos que na Idade Antiga e Medieval não eram alçados, incorporados e estudados pela Geografia.

As primeiras mudanças aconteceram na cartografia. Através do aperfeiçoamento das noções de latitudes e longitudes, oriundas da expansão territorial promovida por aspirações políticas e pelo desenvolvimento do comércio a longa distância. As representações cartográficas na modernidade passaram a mostrar a Terra não mais com três continentes, mas com um quarto denominado de Austrália. A Antártida se torna bem mais conhecida somente no séc. XX, em 1958, Ano Geofísico Internacional¹. “Dentre as cartas que marcaram a renovação da Cartografia podemos mencionar a de Bahaim, enfocando o leste da Ásia, e a de Mercator.” (ANDRADE, 2008 p. 66).

De grande saliência para as contribuições dos estudos geográficos foi o esmeramento das técnicas de navegação, que aconteceram somente devido ao acúmulo de informações e de noções adquiridas pelo estudo das superfícies marinhas, da Astronomia, da Náutica e da Meteorologia.

Os estudos sobre o magnetismo terrestre aconteceram entre os séc. XV e XVIII, que mostraram resultados referentes às diferenças entre o pólo magnético e geográfico, tornando mais precisas às medidas longitudinais, cujos mapas mostravam maior número de ilhas. Nesse período também houve manifesto das influências das correntes marítimas e da direção dos ventos alísios².

Na Idade Moderna, os conhecimentos geográficos já eram interligados às várias ciências e haviam adquirido certa profundidade através dos estudos realizados por Kant, Ritter, Humboldt e La Blache, Ratzel e Reclus. Estes últimos que incorporaram aos estudos geográficos, o homem, como seu objeto, e, abriu portas para uma gama de contribuintes que enriqueceram esta ciência,

¹ Sobre o ano Geográfico Internacional é interessante consultar: BARNIER, Lucian. *L'aterre: planète inconnu*. L'Année Géophysique International. Paris Savoir ET Connaitre, 1957; e ROOS JR, Frank. *A Ciência descobre a Terra*. São Paulo, Fundo da Cultura, 1961

² “Os navegadores, nos mares tropicais, necessitavam usar os alísios para impulsionar suas embarcações e fugir à calmaria equatorial, onde poderiam permanecer meses, praticamente sem se movimentar, à falta da força propulsora do vento”. (ANDRADE, 2008 p. 67).

com o estudo das civilizações, distribuição e expansão dos seres humanos pelo mundo – *La Blahce* –, o surgimento do estado moderno e a política – *Ratzel* –, as relações sociais e econômicas, bem como a negação do Estado e do novo modo de produção moderno – *Reclus* – e das doutrinas sociais usadas para explicar o comportamento do homem diante das instituições de poder da modernidade – *Kroptokin* – entre outros importantes autores clássicos que marcaram épocas e são lembrados até hoje nas Ciências Sociais e Naturais.

Os pontos cruciais do desenvolvimento da Ciência Geográfica Moderna são os três acontecimentos que inauguram este período da humanidade. As duas revoluções de âmbito social, A Inglesa e a Francesa que eclodiram na Europa entre os séc. XVI e XVII, juntamente com a Revolução Industrial de âmbito tecnológico, inauguraram um novo modo de produção que se desenvolve até hoje, e foram essenciais para que a ciência geográfica moderna ganhasse força, por meio dos novos objetos de estudo que serviram para formular teorias, métodos, modificar as paisagens naturais, e dar sentido a uma nova ordem composta de classes sociais.

Então, depois do condicionamento das três grandes revoluções, as comunidades científicas e os filósofos passaram a ter o entendimento aristotélico do mundo, captado através da experiência. Filósofos e Cientistas, agora olhavam para a natureza e por meio das sensações e da lógica, buscavam as melhores formas de explorar este meio, através da multiplicidade de utensílios que a revolução mecanicista proporcionou.

A ideologia moderna, que vem aliada a todos esses fatores, compôs a superestrutura dos estados modernos, dedicando-se com sucesso a racionalidade da força manifestante do homem sobre a natureza, através da dominação das técnicas e das grandes vantagens originadas, da revolução técnica – mecanicista de 1750.

Ainda mais, o homem usando os objetos que foram criados com a utilidade de explorar, empregar e produzir, frutos da evolução do pensamento científico, a espécie humana dominaria a natureza e faria com que ela produzisse de acordo com seus objetivos, metas e interesses.

Diante da situação, que era apoiada com o estudo da Astronomia Copernicana, da Física Galileana – Newtoniana, cria-se um acúmulo de conhecimentos que acaba deixando o homem de um lado, e a natureza de outro.

Neste período houve grande desenvolvimento da Astronomia, com repercussões diretas sobre o conhecimento geográfico, em face da descoberta da lei da gravitação universal, por Isaac Newton, a formulação do sistema solar heliocêntrico, por Nicolau Copérnico, ponto fim a crença de que a Terra era o centro do sistema planetário, a descoberta da forma da órbita dos planetas em seu movimento de translação, por Kepler, e as grandes descobertas de Galileu. (ANDRADE, 2008, p. 68).

Essa dicotomia entre homem x natureza foi o ponta pé inicial para o desenvolvimento da Ciência Geográfica Moderna, que tentou harmonizar o homem junto a natureza. A situação é vista

de forma negativa por Bachelard (1996 p. 42 – 43) da seguinte forma: “De modo geral, a ciência no séc XVII não é uma vida, nem mesmo um ofício. Essa matemática que afeta é absolutamente o oposto da sadia formação científica”.

O início da Ciência Geográfica Moderna, que teve sua origem na dicotomia referida à cima, e que esta, no entanto se dá, porque os estudos das ciências exatas como da Astronomia, Matemática e da Física, acabaram por proporcionar novos instrumentos de trabalho como, locomotivas, máquinas a vapor e estabelecer uma nova ordem social, Bachelard, considera estas ciências exatas como uma ficção científica e que para o espírito científico é uma verdadeira regressão infantil.

Mas, no entanto se não fosse por elas, as ciências exatas, terem construídos todos aqueles utensílios “tecnológicos”, e ter dado origem a dicotomia, qual poderia ser o outro ponto de partida da Geografia Moderna? Não é objetivo deste trabalho responder a essa pergunta.

Para tentar resolver essa problemática dicotômica entre homem x natureza e que fazia o pensamento científico e filosófico se encontrar travado, intrincado ou estagnado, Kant, por meio da Geografia vai buscar os pontos de apoio para tentar solucionar o problema e começa por fazer a base da árvore científica geográfica da modernidade.

Na obra de Bachelard “*A formação do Espírito Científico*” de 1996, ele diz que o primeiro período de desenvolvimento das ciências é denominado de *Pré – Científico*, o qual faz parte a Idade Antiga Clássica e a Idade Média.

O trabalho dará maior ênfase ao período seguinte a este, que Bachelard chama de *Estado Científico*. O Estado Científico teve início na segunda metade do séc. XVII e se estendeu até o início do séc. XX. Período em que a Geografia ergue seus alicerces por meio de suas teorias para buscar esclarecer os problemas da dicotomia homem x natureza resultantes de grandes acontecimentos que eclodiram na Europa neste período.

O trabalho está dividido em quatro grandes partes relevantes. Na primeira parte está implícito o legado dos principais nomes responsáveis em fazer da Geografia uma ciência. Entre eles estão às minúcias e os principais pressupostos de Kant, Ritter, Humboldt, La Blache, e o conjunto de expressões de Reclus e Kropotkin, membros do grupo de geógrafos Libertários. Todos estes viveram em uma época, onde os estudos sobre Epistemologia da Ciência ou Filosofia da Ciência não eram aprimorados como hoje. Por tal motivo, no primeiro capítulo, todos eles estão postados à frente de um dos mais importantes nomes da Filosofia da Ciência: Gaston Bachelard.

Na segunda parte desse trabalho se encontra uma retomada histórica e bibliográfica dos modelos de Estados, teorizados na Idade Antiga por Aristóteles, Idade Medieval com Maquiavel e Idade Moderna por Hobbes. Apresentando os respectivos modelos de Estado em diferentes épocas, o trabalho também inspeciona os principais motivos que deram origem ao modo de produção

capitalista descendente de uma hierarquia feudal, a qual não suportava mais o novo conjunto de hábitos e costumes, frutos do processo histórico e da modernidade.

Em especial, o terceiro capítulo dessa monografia se encontra dividido em três sub-partes relevantes: *a situação social e econômica da Europa entre os séculos XIII e XVI*, onde os temas principais são a ética paternalista crista do feudalismo e o nacionalismo no Estado Moderno, ambos elementos ideológicos, ocupantes de uma mesma função em diferentes períodos; *o território sob a perspectiva do Estado e a reforma epistemológica desse conceito*, que na década de 60 incorporou em seu escopo de análise as relações sociais e de produção, afim de descrever melhor o espaço, não ficando mais somente na exposição dos elementos constituintes das paisagens, físico-naturais; e por fim, na terceira e última sub-divisão do terceiro capítulo, sem encontram as explicações referentes ao *poder* como meio utilizado para controlar e impor os interesses dos atores nos territórios.

O quarto capítulo dessa monografia é o mais proveniente. Nele está a idéia central do trabalho. Pois, abrange aspectos referentes à relação crescente da epistemologia geográfica com as principais pressuposições das Escolas de Geografia Alemã e Francesa, o *determinismo* e o *possibilismo*, que analisados com o máximo teor metodológico e dedicativo, revelam que a configuração territorial contemporânea, oriunda da época do colonialismo e também nos anos em que viveram os principais geógrafos, ícones dessas escolas, foi objetivado pelas expressões que formam a base teórica de La Blache e Ratzel, auxiliadas pelas Instituições Estatais Modernas.

1. 1. Objetivos

O objetivo deste trabalho é identificar os princípios responsáveis em fazer da Geografia uma ciência que não se desenvolveu a mercê do processo histórico. A cada nova teoria apresentada por seus precursores, a árvore científica geográfica se estruturava verticalmente na busca de um ponto mais alto, movida pelos conhecimentos já teorizados e das interpretações particulares e subjetivas dos autores posteriores, responsáveis pela resolução das problemáticas apresentadas em pontos mais baixos desta, e que, conseqüentemente, os conjuntos de leis e expressões originaram, além de marcos verticais, balizas horizontais, metaforicamente representados por significativos momentos epistemológicos reluzentes, dando a Geografia o atributo de científica e riquíssima em conteúdos para o homem estudar e compreender as transformações ocorridas na natureza e na sociedade.

Além disso, a monografia tem como objetivo, salientar o momento no qual, o homem torna-se objeto de investigação geográfica. Pois, é neste instante que as teorias apresentadas por meio de escrituras, livros e artigos vão ganhar vida fora do papel, sendo experimentadas de forma empírica pelos Estados nacionais alemão e francês, que buscavam e desejavam espalhar seu território

conforme os pontos de interesse, através da colonização e ocupação de regiões propícias da própria Europa, da Ásia, e África. Fato, que resultou na configuração territorial e econômica mundial da atualidade.

Tendo como objetivo mostrar o papel das instituições estatais, aliadas a dedicação imprescindível dos geógrafos, que tinham a função de guiar os passos das nações, à colonização, no período moderno, caracterizado por ser uma época de notória modificação nos costumes, nos instrumentos de trabalho e nas relações sociais e trabalhistas, o objetivo que este trabalho também quer alcançar é mostrar os principais elementos fatoriais que ocasionaram essa quebra de jurisprudência da ordem feudal.

Além disso, o trabalho tem o propósito de apresentar alguns modelos de instituições estatais que marcaram a Idade Antiga, Medieval e Moderna, cuja intenção é apresentar argumentos referentes a configuração territorial, social e estatal, abarcadas por relações de poder, dirigidas pelos atores, que mudam suas imagens e atributos, conforme os diferentes períodos históricos, mas mantêm-se com a mesma função: controlar os meios de produção, influenciar e direcionar as relações sociais bem como proporcionar representações nas escalas locais, regionais e até mesmo mundial.

1. 2. Justificativa

Compreender o intervalo de conteúdos que se encontram entre os marcos temporais e epistemológicos; do processo de formação científica, originado na dicotomia entre homem x natureza, ao surgimento do Estado, oriundo do modo de produção capitalista, ambas situações inicialmente ocorridas na Idade Moderna, entre os anos de 1415 e 1789, é essencial para entender de forma simétrica e sistemática às questões e os objetos de estudos abordados pela Geografia.

De início e de maneira particular, deixando mais claro como que os sujeitos formam em seu aparelho cognitivo, às imagens procedentes das afecções das substâncias físicas – naturais, compostas pelas *Amplas Corografias*, de uma realidade extra-mental, à Ciência Geográfica da seu primeiro passo com Immanuel Kant, e ao longo do período moderno, vai incorporar uma série de conjuntos e objetos de estudos que tratam de temáticas não só cognisíveis, mas também naturais (Alexandre Von Humboldt), sociais (Elissé Reclus) e políticas (La Blache e Ratzel). Fato este, que tornou a Geografia uma ciência capaz de investigar todas as coisas que o homem pode presenciar e aberta a articulações com outras áreas científicas, como questões relevantes que vão desde problemas a resultados.

Entender o processo epistemológico da Geografia é investigar as razões que fizeram dessa disciplina uma ciência, competente em fazer diligências seguras sobre fenômenos naturais e sociais, os quais todos os seres humanos, dentro de suas capacidades intelectuais, procuram indagá-los, a fim de deixar mais claro e tênue as modificações operadas, frutos do processo temporal e histórico, no campo de ação da Geografia.

A importância dessa monografia é relevante, pois, nela se encontram as principais doutrinas geográficas, às quais tem estreita relação com a configuração territorial mundial da atualidade. Além disso, o trabalho pode ser utilizado como referência tanto por acadêmicos do curso de graduação em Bacharelado ou Licenciatura em Geografia, dentro das disciplinas que trate do assunto (História do Pensamento Geográfico e Epistemologia da Geografia) e também por estudantes do curso de Graduação em Filosofia (Epistemologia I e Filosofia Política I e II).

Todavia, de grande utilidade ela seria para a sociedade civil leiga, devido a sua linguagem simples, porém não vazia, mas esclarecedora, que aborda assuntos cativantes, que vai desde conjecturas mais abstratas até situações reais obscuras de poder, as quais muitas vezes passam despercebidas pelos olhos do corpo social.

1. 3. Caminho Metodológico

A realização deste trabalho de monografia me envolveu durante todo o período da Pós-Graduação. Embora o caminho percorrido não tenha sido o mesmo, daquele exposto no início do curso, posso considerar que tal trajeto modificado, aprimorado e estendido, me fez buscar elementos para compreender não mais somente a configuração territorial na Grécia Antiga, tema o qual foi revelado e intencionado por mim, à frente da banca julgadora de ingresso na especialização.

Fui muito mais além das questões territoriais da Grécia Antiga. Ao longo dos estudos que realizava em meu escritório, com o auxílio de livros do acervo pessoal e dos exemplares disponíveis na biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, bem como as aulas da disciplina de Ciências da Terra ministradas pelo professor Dr. Dilermando Cattaneo da Silveira, nas Sextas – Feiras pelo turno da noite e aos Sábados pelo turno da manhã, me fizeram despertar, voltar à essência e iluminar lembranças que até então estavam escurecidas, nebulosas e esquecidas do meu primeiro curso de graduação; Licenciatura em Geografia.

Procurando compreender cada vez mais o processo de formação científica da Geografia, de maneira particular e sem desprezar as demais subáreas tratadas por essa disciplina, percebi que o cerne, o estupendo e o magnífico dessa ciência, e que estudava durante longos períodos em meu

escritório, volteado por lápis, borrachas, livros e cadernos, eram as questões investigativas do processo epistemológico geográfico.

Em meio às leituras e esboços e também por eu pertencer a espécie humana, percebi que nem sempre o homem foi objeto de estudo da Geografia, sendo depois de muito tempo, ele, enquadrado sob o enfoque da disciplina.

Na tentativa de esclarecer minhas dúvidas sobre a temática, e me empenhando cada vez mais na função de entender melhor essas questões; o momento de somatização e de verticalização que incorporou o homem na árvore científica da Geografia, e que faz dele um objeto de estudo imprescindível mas meditações sociais, percebi que poderia estabelecer outras fronteiras, aliando a este momento importante da Geografia às configurações territoriais proporcionadas não somente por um modelo de Estado da Idade Antiga, mas também por protótipos Medievais e Modernos. Tais idéias surgiram no decorrer da sistematização, elaboração e nas conversas com meu orientador desta monografia.

Assim, fazendo pesquisas bibliográficas sobre o novo objeto de estudo geográfico, o qual foi acrescentado na Geografia na Idade Moderna, frente às obras de importantes nomes nacionais e internacionais, também percebi que este momento epistemológico tinha mera relação com o surgimento do Estado em alguns países europeus, os quais, foram e são caracterizados por terem relevantes Escolas Geográficas postuladoras de influentes teorias; Alemanha e França.

Foi a partir desse momento que notei, que a configuração territorial mundial da atualidade foi influenciada pelo legado de importantes geógrafos, em especial por La Blache e Ratzel, responsáveis pelo importante e notório acréscimo de conteúdo proporcionados a Ciência Geográfica.

Além do mais, esses países desenvolvidos da Europa – Alemanha e França – berço dos geógrafos acima citados e que hoje se destacam por seu poder econômico e financeiro, só podem receber este atributo, devido à dedicação teórica de seus pesquisadores, que em uma época marcada pelo surgimento de novas ferramentas de trabalho e aprimoramento dos meios de transportes, perceberam que o planeta possuía áreas atrasadas em desenvolvimento, e que suas teorias com o apoio das instituições estatais nacionais, poderiam ser experimentadas, na forma de testes empíricos nesses locais.

2. Constituição da Geografia como Ciência na Idade Moderna.

2. 1. Kant

Os ensinamentos de Kant sobre a Geografia Física mostraram a multiplicidade dos fenômenos e fatos, bem como as especificidades e a contingência da natureza e seus elementos.

A noção de natureza que Kant apresenta enquanto domínio da razão investigativa vai ao encontro de um problema exibido por ele mesmo: a multiplicidade das leis empíricas³ que impedem a construção de uma unidade e de um princípio comum. Visto que, pode-se perceber de várias maneiras o objeto que está sendo analisado e estudado.

“O problema para Kant é que: se tomarmos por base leis empíricas, a natureza deixa de ser um sistema construído pelas leis de conhecimento, pois, a diversidade e a multiplicidade das leis empíricas impedem a construção de uma unidade e um princípio comum” (VITTE, 2006, p. 25). A imagem de natureza que Kant busca mostrar é um conceito que deva preservar o saber científico e eliminar “a imperfeição da chamada multiplicidade não totalizante das leis empíricas.”⁴.

A natureza para Kant é um sistema e não uma simples junção das matérias naturais. Este conjunto – sistema – é ordenado e pode ser conhecido por meio do espaço – Geografia – e do tempo – História – que são resultados das formas de sensibilidade. “A Geografia foi largamente beneficiada pelas reflexões de Kant [...] admitir, que ela era como a História, uma ciência descritiva, distinguindo-se desta por ser corológica, enquanto a História ela cronológica” (ANDRADE, 2008, p. 73).

O objetivo central da Geografia Física kantiana é produzir uma ordem hierárquica na natureza e mostrar uma ordem também no mundo sensível, onde os fenômenos são captados pelos cinco sentidos e organizados pela razão. É por meio da justificação do papel da razão na sistematização dos elementos físicos, que Kant vai mostrar a teoria que diz respeito sobre o conhecimento da

³ A subjetivação das L. da natureza, realizada por Kant na tentativa de ver a "fonte" delas no intelecto, mais precisamente nas formas *a priori* do intelecto (categorias), não muda muito o conceito de L. natural que, também ele, continua sendo expressão da racionalidade da natureza, ainda que de uma racionalidade introduzida na natureza (como fenômeno) pelo próprio intelecto. Kant diz: "As L. naturais, se consideradas como princípios do uso empírico do intelecto, possuem ao mesmo tempo cunho de necessidade e, portanto, pelo menos a presunção de uma determinação que derive de princípios válidos em si, *a priori* e anteriormente a qualquer experiência. Todas as L. da natureza, sem distinção, estão sujeitas aos princípios superiores do intelecto e aplicam tais princípios a casos particulares do fenômeno. Só esses princípios dão o conceito que contém a condição e, por assim dizer, o expoente de uma regra geral, mas a experiência dá o caso que está submetido à regra. (ABBAGNANO, 1998, p. 602).

⁴ *Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia* p. 25.

natureza. Os resultados de sua Geografia Física mostraram a comprovação de uma natureza mecânica e também dos fenômenos empíricos relacionados a sua Teleologia⁵.

A este ponto, a ideia de natureza não está mais ligada às regras da Matemática e da Física. Ela passa a ser um organismo, rompendo com os argumentos de Newton sobre natureza e experiência, pois, coloca a sistematização da razão, por meio dos conceitos filosóficos transcendentais⁶ acima dos elementos físicos da natureza. Ou seja, mostrar como o homem percebe a natureza através da estrutura mental cognoscível é mais importante do que falar dela em mérito natural. Pois, permite qualificá-la como sistema, mesmo com sua heterogeneidade e sua multiplicidade empírica.

Sendo o objeto de estudo da Geografia Física de Kant o espaço, este, deverá ter o papel de explicar a composição das partes diferentes e a multiplicidade dos elementos físicos materiais, propondo uma hierarquia de ordem externa e interna à razão.

O sentido interno, mediante o qual a mente intui a si mesma ou o seu próprio estado interno, na verdade não proporciona nenhuma intuição da própria alma como um objeto; consiste apenas numa *forma* determinada unicamente sob a qual é possível a intuição do seu estado interno, de modo a tudo o que pertence às determinações internas ser representadas em relação ao espaço e tempo (KANT, 1999 p.73)

A Geografia kantiana é uma ciência da natureza e seu progresso tem relação imediata com a capacidade de o investigador enquadrar as informações captadas pelos sentidos em um plano estabelecido preliminarmente – *Amplas Corografias* – tornando obrigatório, infundindo e estabelecendo aos fenômenos do mundo extenso a qualificação por meio da experiência.

Isto é, os aspectos formais da natureza, organizados, classificados e hierarquizados pelo *Juízo Reflexionante* – ordem interna – e as *Amplas Corografias* – ordem externa – explicam-se pela antecipação da razão diante do que é apresentado aos cinco sentidos. A razão para Kant tem papel fundamental para entender as coisas do mundo. É nela que está localizado o conceito de espaço kantiano, legado deixado pelo filósofo riquíssimo para a Geografia.

A relação mútua dos fenômenos da natureza que se dão por meio das *Amplas Corografia* com nossas sensações tem início na *intuição*. Primeira fração ou parte da mente (razão) também denominada de *sensibilidade ou estética transcendental*. Ela serve, para refinar, transparecer e deixar mais claros fenômenos da natureza que se encontram caotizados, embaraçados e desorganizados no mundo extenso. A *estética transcendental* é a porta de entrada dos fenômenos captados pela experiência e após transparecimento destes são entendidos pela razão.

⁵ **TELEOLOGIA** (do gr. *Telos*:fim, finalidade, e *logos*: teoria, ciência) Termo para designar a ciência que estuda os fins, a finalidade das coisas, constituindo, assim, seu sentido em posição à consideração de suas causas ou de sua origem. Concepção segundo a qual certos fenômenos ou certos tipos de comportamento não poder ser entendidos por apelo simplesmente a causas anteriores, mas são determinados pelos fins ou propósitos a que se destinam. (Japiassú & Marcondes, 2006 p. 264).

⁶ Os conceitos filosóficos transcendentais se referem a Teoria do Conhecimento de Kant, que se encontram na *Crítica da Razão Pura: Estética, Analítica e Dialética Transcendentais*,. Estrutura cognoscível usada para refinar, transparecer o conhecimento dos fenômenos do mundo.

Segundo Figueiredo (2008) a nossa *intuição* possui matéria e forma e possibilita ordenar as relações múltiplas da natureza em nosso entendimento. Ela é dupla: espacial e temporal. Ainda mais, as proposições apresentadas por Figueiredo (2008) qualificam o enunciado sobre a Geografia Física kantiana apresentada por Moreira (2010) e Vitte (2006).

Sendo que: a *matéria* é sempre dada *a posteriori*, isto é, depende de recebermos impressões por meio dos sentidos e a *forma* do fenômeno é sempre *a priori* na mente, sem a utilização da experiência, a *matéria* a qual se encontra em toda a extensão do mundo físico natural e que faz parte das paisagens é entendida por meio das *formas puras da intuição* oriundas das sensações. Isto é: a percepção das paisagens é organizada sob as *formas* internas da razão de espacialidade – Geografia – ou de sucessão temporal – História – e representam qualquer objeto captado pelas sensações, sendo eles às *formas puras de nossa percepção* sobre as coisas naturais, elementares das paisagens que foram organizados e hierarquizados pelas *Amplas Corografias* externas à razão.

O conceito de espaço é uma representação *a priori* imprescindível para manifestar às *intuições* externas das *Amplas Corografias*. A representação do espaço é inata e nele já está contido descrições das sensações que se referem a algo fora do nosso aparelho sensorial, sendo ele o responsável pelas *intuições puras*.

Conforme Kant (1991) só se pode representar um único espaço. Quando se fala de mútuos espaços entende-se com isso apenas partes de um mesmo espaço singular. Essas partes não podem estar a frente do espaço inato uno que tudo compreende. Essas partes é como se fossem componentes do espaço inato uno, podendo ser pensadas somente no próprio espaço, não separadas.

Ainda mais, o espaço contém em si um número infinito de representações, mesmo sendo ele único. Ou seja: a representação originária do espaço é a *intuição a priori*, pois, segundo Kant, ao percebemos algo fora de nós, primeiramente temos acesso ao espaço inato, por meio da sensibilidade, afirmando que não temos acesso as coisas em si, as coisas que realmente existem no mundo externo. Pois antes dessas noções existirem, as *formas* já existem em nosso conhecimento, independente da afecção dos elementos das paisagens ou de tantas outras coisas. É a *sensibilidade* que oferece condição para intuir as *Amplas Corografias* a nós, sendo estas, organizadas no espaço inato interno pelo *Juízo Reflexionante*.

O elemento interno da Razão que merece atenção da Geografia proposta pro Kant é o conceito de *Juízo Reflexionante*. “Deve ser entendido como uma pressuposição transcendental que medeia a subsunção do particular ao universal, mas também o poder de encontrar no particular o universal.” (VITTE, 2008 p. 27)

Em outras palavras, o *Juízo Reflexionante*, é um pressuposto que serve para dissolver o entendimento de diversas e diferentes naturezas físicas e as leis empíricas são universalizadas por

ele. Ou então, é o responsável por atribuir o conceito a imagem e estabelecer a relação entre as *Amplas Corografia* e as *formas puras da intuição* por meio da espacialidade apresentada por Kant.

Concomitantemente, o ato de conhecer os fenômenos da natureza, requer a submissão a este juízo. Pois, com a ação deste, a heterogeneidade e a multiplicidade da natureza instantaneamente passam a pertencer ao conceito geral de natureza, não havendo a necessidade de princípios naturais particulares e explicativos dos elementos da natureza externos a razão. As paisagens e todos elementos físico naturais pertencentes a ela são usados somente como ponto de partida para explicar os fenômenos e como entendimento da natureza ocorre na mente.

“A Geografia que Kant conhece é um agregado de conhecimento empírico de todos os ambitos, organizados em grupos de classificação, uma taxonomia do mundo físico, e por isso designa-a de Geografia Física” (VITTE, 2006 p. 27).

Para Kant, a Geografia era uma ciência que tinha o papel de descrever e mostrar empiricamente como a imagem das paisagens, formava-se no sistema sensorial humano, fato que a diferenciava da História, que tinha a função de fazer minúcias sobre o tempo. Porém, Kant admitia a dualidade entre Geografia Física e Humana, e para melhor entendimento e ordenação dos elementos da natureza, dividia a disciplina em duas partes. Os elementos físicos da Terra como a água, o ar e os continentes eram estudados de forma geral na primeira divisão – *Geográfica Física* – . A segunda – *Geografia Humana* – era de caráter particular, pois estudava os produtos da terra, como o homem, os animais, os vegetais e os minerais.

Segundo Andrade (2008), Kant dividia a Geografia em cinco campos: o *matemático*, dedicado à análise da forma dos movimentos, das dimensões e da localização da Terra no sistema planetário; o da *geografia moral*, abrangendo os hábitos e costumes das regiões; o da *geografia política*, que estudava os estado; o da *geografia mercantil*, que estudava o comércio; e o da *geografia teológica*, que estudava as religiões.

Pode-se dizer que Kant vai interferir diretamente na estruturação da Geografia Moderna, a partir de suas reflexões sobre as diferentes paisagens dos países europeus impactados pelas três grandes revoluções. Isto, pois, sua primeira formulação de conceitos vai ser o ponto de partida mais tarde, para outro geógrafo.

Kant por meio da observação e das sensações e por ser considerado um empirista⁷, valorizando o conhecimento do mundo através da experiência, olha para as paisagens, recorta estas em pedaços de espaço, fazendo delas uma *Ampla Corografia*, para ser analisada individualmente.

⁷ **EMPIRISMO** (in. *Empiricism*; fr. *Empiris-me*, ai. *Empirismus*, it. *Empirismo*). Corrente filosófica para a qual a experiência é critério ou norma da verdade, considerando-se a palavra "experiência" no significado 2a. Em geral, essa corrente caracteriza-se pelo seguinte: 1a nega-ção do caráter absoluto da verdade ou, ao me-I nos, da verdade acessível ao homem; 2a reco-I conhecimento de que toda verdade pode e deve ser posta à prova, logo eventualmente

“Para Kant a natureza procurava fundamentar as leis e a possibilidade de as mesmas viabilizarem o conhecimento de sua dinâmica” (VITTE, 2006 p. 15)

Vale a pena lembrar, que Kant busca na Geografia somente os conhecimentos concernentes a natureza, em um primeiro momento. Kant não busca na Geografia conhecer o homem, seu comportamento, suas relações sociais e trabalhistas, pois este estava aos cuidados da História, da Antropologia e da Psicologia Social. “Nesse contexto, Kant irá desenvolver a noção de que o objeto da Geografia Física é o espaço, e sua função é explicar a heterogeneidade e a diversidade das formas naturais.” (VITTE, 2006 p. 27)

É por esse motivo, que a Geografia para Kant, se preocupa somente com os elementos físicos naturais da superfície terrestre e que fazem parte das paisagens. É por isso que é denominada de Geografia Física, onde elementos físicos naturais são usados para mostrar como a noção de natureza é tida pelo ser humano de ordem empírica, através da captação e refino dos fenômenos caóticos, densos e misturados do mundo e do papel da razão na organização destes.

2. 2. Karl Ritter e Alexandre Von Humboldt

Grande contribuinte para a Geografia Moderna, ora considerado como seu fundador, Karl Ritter formando em História e Filosofia era um homem ligado às classes dominantes. Além de pesquisador, trabalhou como professor na Universidade de Berlin e também como professor particular de jovens de famílias nobres, realizando grandes viagens de estudo para a Itália e para a Grécia. Porém, sua principal característica não é de um grande viajante explorador, mas sim de um homem de excelente leitura e boas exposições.

Ritter conhece a Geografia apresentada por Kant que o antecede. Porém o principal objetivo de seus estudos geográficos é dar sentido e significação na organização corográfica da superfície terrestre. Para tal, era preciso fazer a comparação das paisagens, identificando os traços comuns e únicos de cada uma, para poder então classificá-las conforme as especificidades individuais.

Seus estudos permitiram identificar leis universais de movimentos, tanto de elementos físicos da superfície terrestre; continentes, litorais, mares, rios e planaltos, como leis que se referem aos corpos celestes do macro – cosmos. Também “procurou explicar a evolução da humanidade ligando-a às relações entre o povo e o meio natural, fazendo sobretudo a descrição da sociedade.” (ANDRADE 2008 p. 83)

modificada, corrigida ou abandonada. Portanto, o E. não se opõe à razão ou não a nega, a não ser quando a razão pretende estabelecer verdades necessárias, que valham em absoluto, de tal forma que seria inútil ou contraditório submetê-las a controle.(ABBAGNANO, 1998, p. 326).

Ainda mais, Ritter aceitava, reconhecia e acolhia a idéia de que o todo era formado pela soma das partes e que a operação de adição agindo sobre as partículas locais poderia resultar na formulação de leis gerais, válidas, legítimas e autênticas para toda a superfície da Terra. Porém teve dificuldade em mostrar e estabelecer leis gerais na explicação de fatos humanos, pois as leis sociais não eram semelhantes ou análogas às leis físico – naturais. Por essa razão, Ritter irá voltar sua atenção as paisagens da superfície terrestre, desenvolvendo um método que é o resultado de seu olhar para os postulados deixados por Kant.

Kant não realiza grande transformação na Geografia, em especial seu legado contribui antes à Filosofia. Será Karl Ritter que irá alcançar o objetivo: tornar a Geografia uma ciência, composta de argumentos vistos positivamente pelas demais áreas do conhecimento, agregada com conceitos, métodos, fórmulas e teoremas, que sobre o ponto de vista de Bachelard (1996) ficam sujeitos (as) a serem analisados, questionados e/ou reformulados para então poder dar contingência a Geografia e sua árvore epistemológica.

O ponto de referência é a Corografia que Ritter vai transformar no que chama de *Método Comparativo*. A visão corográfica parte da noção de recorte paisagístico que materializa a arrumação da superfície terrestre numa ordem de classificação taxonômica ao tempo que propicia ao geógrafo organizar sua descrição. Ritter extrairá daí o princípio do método. Trata-se de tirar a Geografia do estágio meramente taxonômico e descritivo em que se encontrava para elevá-la a condição de ciência. (MOREIRA, 2010, p. 15)

A comparação era feita por partes, recorte a recorte, até o ponto extremo da superfície terrestre, podendo dar consistência aos mapas das individualidades, tornando clara, arrumada e tênue seus postulados.

A teoria de Ritter é abordada por Moreira (2010), que a vê como um corte epistemológico para as ciências do homem do séc. XVIII. Pois, transpõe a fase taxonômica e descritiva da representação clássica para a da representação moderna, concentrada no conceito e na explicação. Essa nova fase da Geografia é denominada de *Geografia Comparada*.

No entanto, o método comparativo de Ritter, retoma a noção de natureza ligada às regras da Matemática e aos argumentos de Newton. Pois, os resultados das comparações que mediavam a criação dos mapas de recortes, envolviam a construção de tabelas, gráficos, com a representação de números, frações e porcentagens.

Tirando a Geografia somente a estágios de observação, Bachelard (1996, p. 50) positivamente afirma: “Uma ciência que aceita somente imagens é vítima de metáforas. Por isso o espírito científico deve lutar sempre contra as imagens, contra as metáforas”.

Para dar continuidade científica, o cientista filósofo Bachelard considera sempre útil reavivar a crítica e o conhecimento deve ser posto em contato com as condições que lhe deram origem, voltar-se continuamente a este estado de nascente para novas respostas surgirem dos problemas.

É o que acontece no campo Ciência Geográfica Moderna. Ritter parte das *Amplas Corografias* de Kant, modificando estas. A modificação consistia na identificação por nomes, conforme as *Individualidades Regionais do Recorte do Espaço*, tal fator que dá uma maior maturidade a Geografia Moderna.

Nota-se que o método de Kant foi requintado, aprimorado e aperfeiçoado por Ritter, e agora é denominado de *Método Comparativo* que buscava as *Individualidades Regionais do Recorte do Espaço*, por meio da comparação das paisagens de duas a duas, para daí extrair os traços comuns e os singulares de cada uma das paisagens.

Esse método que exprime grandeza superior a Kant, proporcionado por Ritter, para Bachelard (1996) é indiscutível, incontestável e evidente, já que, para ele, o espírito científico sempre depende da criação de novos métodos e não é possível a existência de métodos perenes, eternos ou perpétuos. A ciência para Bachelard deve se formar enquanto se reforma.

No entanto essa dialética exibida por Bachelard não significa um jogo de contrários. Significa sim o desdobramento, desenvolvimento dos conceitos fundamentais, essenciais, na tentativa de acompanhar a mobilidade e as múltiplas relações epistemológicas.

“Bachelard é visivelmente contra um racionalismo radical, ele admite que o ato de conhecer deva ter início na razão e não no real” (SILVA, 2007 p. 50). A ciência para Bachelard deve ser construída por meio de um racionalismo aplicado, ou seja, um racionalismo no qual o racional e o empírico se completam. A epistemologia bachelardiana se dá através do conhecimento em ebulição, não há nada de definitivo.

Enquanto a árvore científica da Geografia na modernidade se verticalizava, Ritter por meio de seus diferentes graus de percepção coloca a epistemologia geográfica em movimento, e assim, seu próprio *Método Comparativo*, estava sujeito a ser analisado, reformado ou postulado, por cientistas ou geógrafos que lançariam seus olhares, conforme seus interesses para então criar novos conceitos.

Humboldt vai orientar-se nesse novo fundamento de Ritter, para oferecer uma outra forma matriz. Humboldt também vai partir da ordem de classificação e corografia das paisagens da superfície terrestre, mas para tomar as formas de vegetação, mas para tomar as formas de vegetação que designa Geografia das Plantas, para o exercício dos métodos de comparação. (MOREIRA, 2010 p. 15).

Alexandre Von Humboldt era um importante naturalista que realizou inúmeras viagens, tendo na Itália a fonte de inspiração para escrever na metade do séc. XVII a *Metamorfose das Plantas*. Já, na América obteve entusiasmo para escrever a *Geografia das Plantas*

O ponto de partida da teorização da *Geografia das Plantas*, que está descrita no livro que leva o mesmo nome, e que é de autoria de Humboldt do ano de 1805, foi o aprimoramento do *Método Comparativo* de Ritter.

Em ambas as obras, a morfologia da vegetação se fundamenta com os mesmos preceitos tanto na Itália como na América. O principal conceito utilizado por Humboldt para justificar isso, é os *tipos dinâmicos*, que associava as comunidades das plantas com as mesmas semelhanças morfológicas e fisiológicas, em unidades inseparáveis, formando um sistema harmônico e hierárquico das comunidades vegetais.

Humboldt fala de tipos fisionômicos, que por sua vez obedecem a uma lei fundamental, lei esta referente as relações mutuas entre clima e vegetação, permitindo assim estabelecer uma zonalidade vertical e horizontal a vegetação terrestre. (VITTE, 2006 p. 35).

Os *tipos dinâmicos* para Humboldt estabeleciam as bases para justificar que os animais e as plantas poderiam se encontrar fisiologicamente e morfolologicamente idênticos nas diferentes regiões do mundo, levando em consideração somente as zonas climáticas e desprezando as formas do relevo. Ou seja: era o clima idêntico nas diferentes partes do mundo que determinava a morfologia e a fisiologia dos animais e das plantas, enquanto as formas de relevo não influenciavam em suas características, podendo encontrar os mesmos animais em diferentes regiões do mundo levando em consideração somente a zona climática idêntica.

Todavia a principal obra *Quadros da Natureza e do Cosmos*, Humboldt descreve a Geografia, como sendo uma ciência que estava preocupada em reunir todos os conhecimentos designativos, proporcionais e concernentes a Terra.

Para Moraes (2009) Humboldt nessa obra define o objeto a ser estudado pela Geografia como a contemplação da universalidade das causas de tudo que coexiste no espaço, no que se refere as substância como predicções das categorias e as forças sincrônicas dos seres materiais que existem na Terra.

Em correspondência com a mesma obra, Ricota (apud VITTE, 2003 p. 37) escreve a seguinte proposição: “A obra *Quadros da Natureza e do Cosmos* procura constituir uma experiência estética, em que o autor procura aderir a uma perspectiva empírica e filosófica da natureza a fim de demonstrar a harmonia invisível que liga a diversidade enorme de objetos naturais”

Assim, além do método experimental de Humboldt mostrar resultados importantes, também proporcionava grande satisfação estética, unindo a atividade científica com a grandeza romântica, com o intuito de buscar entender a relação e o porquê dos fenômenos naturais.

O objetivo de Humboldt em suas teorizações, que levava em consideração a sistematização das observações e o uso do raciocínio lógico, era de explicar a causalidade das conexões contidas nas paisagens naturais, que por meio das leis empíricas e do aparelho cognoscível do sujeito, revelavam resultados dados em uma ordem taxonômica.

Portanto, a natureza submetida a um processo de pensamento, permitia analisar as partes individuais das paisagens, onde tais conclusões diante do raciocínio lógico julgariam os fenômenos naturais sem ceder ao todo visto das paisagens.

O resultado mais importante da pesquisa racional da natureza é, portanto, estabelecer a unidade e a harmonia dessa massa estupenda de força e matéria, determinar com justiça imparcial o que é devido às descobertas do passado e as do presente e analisar as partes individuais dos fenômenos naturais sem sucumbir sob o peso do todo (HUMBOLDT apud VITTE, 2006 p. 37)

Humboldt ao olhar para o conjunto de formas, leis e teoremas que faziam parte do método de Ritter, e também dos conteúdos da árvore científica geográfica, percebe que suas observações, interpretações e resultados podem ficar restritas somente a fauna e a flora das paisagens.

Humboldt foca seus estudos em um único elemento presente das paisagens, os animais e as plantas. Estes, que passaram a ser associadas em comunidades conforme suas características morfológicas e fisiológicas.

Uma observação importante à vista de Bachelard sobre a situação epistemológica da Geografia. A força para estabelecer as relações de conceitos ou terminologias de Humboldt, não teve origem somente, direta ou exclusiva na base da árvore a qual se encontra Kant. A origem da teoria da *Geografia das Plantas* teve sua base formada, seu ponto de partida, seu alicerce, sobre todos esses conjuntos já postulados e contribuídos pelos autores já mencionados.

A realidade científica para Bachelard resulta de uma dialética de perspectivas filosóficas contrárias, que uma vez aproximadas, convergidas, instruem e colocam em movimento a cientificidade dando-lhe caráter de novidade.

2. 3. La Blache e Friedrich Ratzel

Tal novidade consiste em fazer do homem o objeto de estudo da Geografia. Tal precursor foi Vidal La Blache, que propôs ideias de uma *Geografia das Civilizações*. Sua principal obra “*Princípios da Geografia Humana*”, publicada em 1922, mostra aspectos sobre a distribuição dos homens pelo planeta, as formas de civilizações e a circulação da espécie humana pela Terra.

Para entender melhor, e também o porquê de La Blache desenvolver, e ser o precursor da Escola de Geografia Francesa, são necessários tomar alguns acontecimentos históricos, estes que deram origem a uma rixa entre a Alemanha e a França.

A hegemonia continental na metade do séc. XIX era disputada por estes dois países, que buscavam a preponderância política e econômica de maneira contenda. Fato que resultou em 1870, à Guerra Franco – Prussiana, de onde a Prússia saiu vitoriosa conquistando dois territórios até então franceses, que eram riquíssimos em reservas de carvão, a Alsácia e a Lorena.

Todavia, a guerra serviu de exemplo aos derrotados, que com o apoio do estado francês explanou e estabeleceu em todas as séries de ensino básico a Geografia. Além, de instituir no país cátedras dessa ciência “que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e que ao mesmo tempo, fornecesse elementos para o expansionismo francês” (MORAES, 2009 p. 77)

Não é por acaso que a Alemanha vence a França na guerra. A maioria dos nomes responsáveis por estruturar a Geografia na Idade Moderna, e que foram mostrados até agora foram alemães: Kant, Ritter, Humboldt e Ratzel. Isso faz com que a Alemanha tenha um conjunto de pressupostos mais amplos do que a França em relação ao conhecimento do espaço, fazendo da Prússia, por tais motivos, a grande vencedora. “Uma frase de Thiers, primeiro – ministro da França, bem demonstra a situação, diz ele: a guerra foi ganha pelos instrutores alemães” (MORAES, 2009 p. 77)

A pessoa responsável por proferir a ciência geográfica francesa foi Vidal de La Blache, precursor do primeiro curso de Graduação em Geografia, na Universidade de Nancy, deslocando assim o centro das discussões geográficas da Alemanha para a França.

Para Andrade (2008) La Blache tinha grande preocupação com a distribuição desigual da população do planeta. Tentando resolver tal problemática elaborou uma Cartografia como forma de visualizar e de explicar os contrastes existentes entre diferentes pontos da superfície terrestre.

Preocupado com isso, La Blache dedica-se em examinar, analisar e compreender as relações existentes entre homem e o meio físico, tendo dedução de que é o meio que prepondera sobre o homem. No entanto o homem dependendo de sua situação técnica e de quantidade de capital poderia desempenhar influências sobre o meio.

A teoria de La Blache passa a estudar o homem, não somente, de forma singular, particular e restrita mas também os elementos físicos, da fauna e da flora, que fazem parte das paisagens. Estes, agora são comparados com o novo objeto de estudo da Geografia; os homens. Seu estudo consiste em identificar os pressupostos que tornaram os homens sedentários.

Para Moreira (2010) o conceito fundamental para La Blache explicar tais razões é o de *Áreas Laboratoriais*. Essa terminologia é utilizada por La Blache para mostrar as principais áreas do planeta, que ofereceram condições necessárias para a formação de cada raça existente, bem como a implantação e a sedentarização das civilizações. Assim, cada *Área Laboratorial* funcionava como uma oficina das civilizações.

De início as *Áreas Laboratoriais* eram de pouca extensão, de tamanhos diminutos e constituídos por classes com uma inferioridade imensa de técnicas e artes, mas, que não deixavam de acumular no tempo as experiências de cada pessoa no grupo. Enquanto alguns desses centros tornaram-se segregados, outros a medida que cresceram e se desenvolveram, passaram a trocar

experiências com outros centros, de *Áreas Laboratoriais*, de outras partes do mundo, aglutinando por meio do intercâmbio culturas e costumes, dando origem a grandes civilizações.

La Blache considera o descobrimento do fogo como o primeiro elemento que permitiu com que o homem se espalhasse pelo globo. Além do fogo servir como arma de ataque e defesa, para cozinhar alimentos e servir de iluminação, forneceu ao homem a capacidade de praticar queimadas e substituir a cobertura vegetal natural pela prática da agricultura. O descobrimento da agricultura por sua vez foi fundamental para o homem tornar-se sedentário.

A agricultura organiza o espaço com base na prática de domesticação e aclimação das plantas e animais, que doravante se difundirão junto com a difusão dos homens, com a invenção da ensilagem e do anealimento, uma vez que com estas, o homem aprender a acumular, e a fazer reserva de alimento e sementes. Com ela, o homem se sedentariza, se fixa e se adensa territorialmente. (MOREIRA, 2010, p. 15).

Como se percebe, o surgimento da agricultura fez o homem desenvolver as técnicas pastoris, dando ao espaço, sentido cognitivo de organização territorial. Outro conceito importante, atrelado a formação das civilizações é o de *gênero de vida*, que é visto por Moraes (2009) da seguinte forma:

A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e acumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou de *gênero de vida*, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida (p. 81)

Porém, podendo se reproduzir os gêneros de vida, depois de estabelecido alguns fatores poderiam atuar impondo mudanças. O primeiro deles seria a falta de recursos, onde a principal solução de uma civilização que enfrentasse tal problema seria migrar para outras áreas ou aprimorar a tecnologia disponível para solucionar tal questão.

O aumento populacional de uma civilização também poderia a alterar o gênero de vida uma vez estabelecido. Por outro lado, o aumento populacional poderia vir a motivar determinada civilização a buscar novas técnicas ou então, dividi-la em comunidades, para um novo núcleo se formar permitindo assim a colonização em outras áreas.

Fato este, que daria a tal civilização a possibilidade de entrar em contato com outras, podendo acarretar mudança no gênero de vida de ambas. Para La Blache isso seria o elemento principal do progresso humano. “Em sua visão os contatos gerariam arranjos mais ricos, pela incorporação de novos hábitos e novas técnicas” (MORAES, 2009, p. 82).

Assim, os gêneros de vida se empalhariam pela Terra, de maneira que a troca de técnicas, de hábitos e de culturas entre as civilizações acarretasse no fim das *Áreas Laboratoriais*, formando os *Domínios de Civilizações*. Nessa exposição do objeto geográfico de La Blache, pode-se perceber

um discurso crítico ao expansionismo germânico e ao mesmo tempo uma justificação da ação colonial francesa.

Formando-se as fronteiras, fruto do processo histórico dos *Domínios da Civilização*, qualquer tentativa de desrespeitá-las, tornar-se-ia motivos de confrontos entre estas. Aqui convergem as críticas de La Blache ao Estado alemão – prussiano, que se utilizava dos princípios estipulados por Ratzel.

Todavia, La Blache mostra que os pontos de expansionismo não se encontravam na Europa, pois nela já existiam civilizações em gradual processo de avanço técnico e cultural. Por tanto, a política nacional e estatal francesa utilizou-se dos postulados la blacheanos, para promover seu expansionismo não na Europa, como a Alemanha fez utilizando-se das teorias, em especial da noção de *espaço vital* de Ratzel. Mas sim, expandir-se em direção a Ásia e a África, pois nestes continentes existiam civilizações estagnadas que vegetavam umas ao lado das outras.

Dessa maneira, La Blache dá legitimação a ação colonizadora francesa, tentando dismantelar as ações políticas expansionistas agressivas do Estado Germânico – Prussiano e da Escola Alemã de Geografia.

Como se percebe, o homem se tornou objeto de estudo da Geografia, a partir dos postulados mostrados por La Blache. Porém quem vai dar ao homem, o enfoque político, contribuindo para o desenvolvimento e para a contingência da ciência geográfica vai ser Ratzel.

Diante da situação, Bachelard assume uma Epistemologia como filosofia das ciências, que trata da relação entre o sujeito cognocente e o objeto conhecido. Ele não aceita a filosofia como síntese dos resultados gerais do pensamento científico, mas propõe um modelo aberto e não dogmático, nem voltado às verdades primeiras, acabadas, definitivas; uma filosofia que ultrapassa os próprios princípios, adequada à ciência geográfica.

Friedrich Ratzel é um ícone para a Geografia, pois por meio de publicação de suas obras *Antropologia – Fundamentos da Aplicação da Geografia à História*, de 1882 e da *Geografia Política*, publicada em 1897, ele abre as portas para uma gigantesca gama de objetos de estudo, enquadrado por esta ciência, contribuindo com seu desenvolvimento.

Como os demais precursores da Geografia já apresentado, Friedrich Ratzel foi um autor alemão prussiano, que vivenciando a constituição real do Estado alemão, toma esses fatos históricos para estruturar sua Geografia, que se torna famosa por exprimir destaque especial ao homem político, no processo de desenvolvimento desta ciência.

O processo de unificação tardia da Alemanha é fruto do atraso dos intrincamentos das relações capitalistas de produção, na conjuntura de feudos, reinos e ducados que constituíam o território da Alemanha do séc. XVIII. Única coisa em comum entre esses principados eram alguns

traços culturais, não existindo nenhuma unidade econômica e política que articulasse os interesses dos proprietários de terras, que tinham o poder em mãos. Fato que caracterizava uma estrutura feudal intacta. “É nesse quadro que as relações capitalistas vão penetrar, sem romper (ao contrário, conciliando) com a ordem dominante”. (MORAES, 2009, p. 59)

Tal conseqüência implicou no desenvolvimento de um modo de produção distinto, que é chamado por alguns autores de *Feudalismo Moderno*, que mistura as relações de trabalho do feudalismo – servidão – com o contexto capitalista de produção a um mercado. Os responsáveis para uma produção ao mercado eram os proprietários de terra do feudalismo – Srs. Feudais – que se transformaram em capitalistas. “Assim, mesclam-se elementos tipicamente feudais com outros próprios do capitalismo: Produção para o mercado com trabalho servil.” (MORAES, 2009, p. 60)

No entanto, o desenvolvimento do mercado local não aconteceu, devido às barreiras alfandegárias existente entre os ducados. É por esse motivo que os *feudos modernos* não se desenvolveram e a classe dominante da burguesia não ascendeu. Pois, não tinham forças suficientes dada pela fragmentação, para pode impor seus interesses aos franceses e ingleses.

“A própria sedimentação das relações capitalistas e, principalmente o expansionismo napoleônico, vão ascender nas classes dominantes alemãs à idéia de unificação nacional” (MORAES, 2009, p. 60). Vai ser com a criação da Confederação Germânica, em 1815, que vai se estabelecer os laços econômicos entre os principados alemães e os reinos da Áustria e da Prússia. Este vai ser o primeiro passo para a continuidade do desenvolvimento alemão, que, diante do expansionismo e do bloqueio continental napoleônico⁸, vai dar fim aos impostos aduaneiros entre os ducados, com o objetivo de unificá-los e constituir ali um Estado Nacional.

Este ideal geográfico foi propiciado na prática da sociedade alemã, a partir das discussões entre os vários membros da Confederação Germânica, onde na pauta das reuniões estavam assuntos relacionados à inexistência de um centro organizador do espaço, pontos de convergência econômica entre os ducados, bem como a apropriação de territórios e variações regionais.

Porém, a Áustria e a Prússia disputavam a hegemonia no processo de unificação, o que acabou resultando na guerra entre ambos os reinos. A Prússia saiu vitoriosa e instalou no séc. XVIII, onde hoje é a Alemanha o Estado Prussiano caracterizado como uma nação. A principal particularidade do Estado Prussiano era a organização militarizada da sociedade e do poder estatal.

⁸ Nos primeiros anos do século XIX grande parte da Europa estava sob o domínio de Napoleão Bonaparte, que se tornara imperador francês, em 1804. O único obstáculo para a consolidação de seu Império na Europa era a Inglaterra, que, favorecida por sua posição insular, por seu poderio econômico e por sua supremacia naval, não conseguiria conquistar. Para tentar dominá-la, Napoleão usou a estratégia do Bloqueio Continental, ou seja, decretou o fechamento dos portos de todos os países europeus ao comércio inglês. Pretendia, dessa forma, enfraquecer a economia inglesa, que monopolizava o mercado consumidor europeu com seus produtos manufaturados. Com essa medida, Napoleão buscava garantir mercados consumidores para as manufaturas francesas.

Para Moraes (2009) a direção do Estado estava em posse da aristocracia junker, que era formada pelos proprietários de terra – Srs. Feudais – e dos fortes representantes da mesma ordem. Tais líderes institucionalizaram uma monarquia extremamente burocratizada, que fez estender para a sociedade civil as características desse Estado.

Tais pressupostos foram bem acolhidos pela população e também herdados pela futura Alemanha, que se utilizando de uma política nacionalista, pregava, mostrava e discursava que o país estava atrasado socialmente e que era preciso recuperar o tempo perdido, fazendo uma política exterior agressiva e expansionista. Fatos estes, que acabaram resultando em um grande número de guerras e que deram fama a Bismark, primeiro ministro da Prússia e do Império Alemão.

O motivo das guerras era alegado pelo fato da Alemanha ter se tornando um país capitalista e industrializado, porém, sem ter a posse de colônias, tal motivo que prejudicava o desenvolvimento econômico do país. “Daí, o agressivo projeto imperial, o propósito constante de anexar novos territórios” (MORAES, 2009, p. 69).

Vivenciando estes acontecimentos históricos Ratzel vai desenvolver seus estudos geográficos, expressando elogios ao imperialismo e expansionismo de Bismark. É na publicação de 1882, que Ratzel vai fundamentar a Geografia Humana.

Tais ações são resultados dos estudos de Ratzel, ao verificar que as condições naturais exercem influencia sobre a humanidade. Para ele, tais efeitos atuariam primeiro na fisiologia e depois no caráter e na personalidade dos indivíduos da sociedade.

“Destes princípios ele partiu para a formulação de leis gerais que explicassem as relações entre o homem e o meio natural, indicando que as diferenças existentes entre os povos e as civilizações resultam deste relacionamento através dos tempos” (ANDRADE, 2008, p. 85).

Ratzel considera a sociedade como uma estrutura organizada que mantém relações com o solo, e este, que por sua vez, na posse de um Estado, diminui as dificuldades de moradia e alimento. A Geografia ratzeliana tem estreita relação entre Estado e solo. Ratzel entende que os territórios são formados, constituídos e percebidos por meio das histórias das distintas sociedades, que juntamente como o Estado, ao se tornarem estáveis, fixados e assentados ao solo dá significado aos signos e símbolos construídos por um povo em um território.

Para isso, o homem precisaria saber utilizar os recursos da natureza e obter ao longo do tempo o progresso social. Quanto mais intensa a relação de uma sociedade com o solo, mais fácil será para ela – sociedade – se organizar, defender o território e constituir um Estado.

É preciso ter entendimento das relações existente entre o Estado e o solo, para ter idéia clara sobre seu conjunto de Geografia Política. “A Geografia política de Ratzel tinha, portanto como

tarefa demonstrar que o estado é fundamentalmente uma realidade humana que só se completa sobre o solo do país” (CASTRO, 2011, p. 69).

Para ele todas as etapas de desenvolvimento dos Estados, mantêm com o solo uma vinculação, uma ligação, um contato, que não é visto somente como uma forma superior de propriedade fundiária, mas como parte de toda sociedade, alvo de projetos políticos abarcados pelas relações de poder. Sobre Ratzel, Andrade (2008) afirma:

Passou, então, a estudar o Estado, em sua Geografia Política, admitindo que este é a sociedade organizada dominando um território; desse modo, a dominação do território caracteriza o Estado, dependendo a sua importância da extensão e da situação do território ocupado. Na sua teoria política, as noções de espaço e de posição têm maior importância. O progresso ou a decadência de um Estado dependeria de sua capacidade de expansão – ampliação do território sob seu domínio – ou de redução – diminuição do território dominado [...]. Dai se desenvolveria a idéia do espaço vital, [...] que seria a relação entre a população de um Estado e a capacidade de relação do seu território.(p. 85).

Em conformidade com Andrade (2008), Moraes (2009), vê o território ratzeliano como um lugar de condições de trabalho de uma sociedade. A perda desse território seria a maior prova de decadência de tal sociedade. Pois, resultaria na falta de espaço para moradia, alimentação e trabalho.

O conceito de espaço vital de Ratzel, mostrado por Andrade (2008), é visto por Moraes (2009), como uma argumentação de equilíbrio entre a população de uma sociedade e dos recursos naturais disponíveis a ela, estes que servem para suprir as necessidades, definindo, portanto, o *espaço vital* como uma potencialidade social de progressão nos parâmetros territoriais.

Com tais postulações, Ratzel não deixou de ser alvo de críticas vindas da escola francesa, muito menos de La Blache. Este, que por sua vez, formulou fundamentos para contrapor o espírito nacional francês ao alemão.

A principal crítica manifestada por La Blache as teorizações de Ratzel “dizia a respeito a politização do discurso deste” (MORAES, 2009, p. 98) Ou seja: Vidal acusa Ratzel de usar uma ciência, que do ponto de vista *la – blacheano*, deveria ser neutra, e não para alcançar fins particulares por meio da política expansionista alemã.

Percebe-se que Ratzel ao elaborar seus teoremas e que fez a Geografia enquadrar o homem sob uma óptica política, foi o resultado dos aprimoramentos do legado postulado por La Blache. A Geografia apresentada por Ratzel privilegiou o elemento político humano, enquanto o legado geográfico de La Blache percebe o homem, desvelando seus costumes e os principais critérios que estabeleceram as civilizações e tornaram o mundo povoado, abrindo frentes de estudos para uma gigantesca gama de intelectuais das diferentes áreas da ciência, posteriores a ele.

Em relação à construção epistemológica da Geografia na Idade Moderna, e os principais marcos já apresentados (Kant, Ritter, Humboldt, La Blache) e o próprio Ratzel, onde cada qual determinando na elaboração de suas teorias um objeto principal de estudo, Bachelard (2011) considera essa situação positiva. Pois, à medida que as ciências progredem, novidades são expressas a partir de novos métodos que buscam novas posições e novas intencionalidades de conhecimento.

Em suma, à medida que se entende, com Bachelard, o conhecimento como construção, o qual se faz por via de conhecimento teórico, está-se negando a possibilidade um real como contemplação. Não se parte, contudo, do nada. Quando se comenta algo sobre o mundo, busca-se reconstruir o que já se sabe, se faz a reconstrução da história de um conceito particular, ou seja, se faz a recorrência histórica de um saber [...]. O que importa, aqui, de modo particular, é entender que esse algo no mundo sobre o qual se quer construir um discurso é já algo do mundo da cultura, é algo construído socialmente. (SILVA, 2007, p. 45).

Assim, o conhecimento científico bachelardiano é contingente e não existe como formular regras sem antes conhecer nada. Ou seja, as regras são postuladas a partir do que já se conhece. No caso da formulação teórica dos principais nomes da Geografia Moderna, isso aconteceu justamente pelo fato, de que tais autores polemizaram, reformularam e aprimoraram as teorias de seus antecedentes, a partir de interpretações subjetivas, dadas por seus interesses particulares diante dos legados teóricos já postulados. Sendo assim, maior número de conceitos passando a fazer parte da Ciência Geográfica, os quais se encontram no intervalo das *Amplas Corografias* de Kant e *Espaço Vital* de Ratzel.

A posição de Bachelard, a crítica de La Blache a Ratzel anteriormente apresentada, fundamenta o que ele denota de *permanência psicológica*. Para o filósofo da ciência, isso significa uma continuação ordenada de conceitos que buscam o aperfeiçoamento para constituir uma conceitualização científica, composta de várias terminologias, neste caso à Geografia.

Portanto, a *permanência psicológica* de âmbito científico geográfico, que se deu por meio de sucessivas racionalizações apoiadas em técnicas experimentais, realizada pelos nomes já mencionados da Geografia, é essencial para constituir os saberes dessa ciência.

Assim, esses saberes serão sempre proporcionais a determinada configuração da realidade, relativa a problemas bem direcionados postados por nomes antecedentes, para tentar serem esclarecidos, resolvidos e determinados, conforme interpretações e interesses particulares por nomes posteriores. Isso, sempre permite buscar, abrir e ampliar o conhecimento e o conjunto de virtudes que compõe a ciência geográfica.

Bachelard tem nos dito que conhecer é colocar-se contra um saber precedente, colocar-se contra um saber precedente exige uma atitude de desprendimento, todo desprendimento é na verdade uma aposta a algo incerto, é um risco e ninguém corre um risco sem ter razão para tal. (SILVA, 2007, p. 45).

Pode-se perceber que a situação da ciência geográfica moderna é um processo que passa gradualmente de um estado para outro, por uma série de transformações a respeito do objeto de investigação da Geografia.

Portanto, o pensamento científico de Bachelard, trata de descobrir, encontrar ou conhecer a diversidade, a multiplicidade ou as subespécies do objeto que está sendo estudado pela Geografia, e, o foco do pesquisador em relação a estes muda constantemente, sem a utilização de um método.

O objetivo do espírito científico procura ampliar conceitos, e esta ampliação, juntamente com a variedade, torna objetivo, tem por fim, ou pretende deixar em testamento esses termos, que numa função ou numa relação, pode altamente ser substituído por outros, conforme interesses particulares. Esse fator desenvolve a conotação dos conceitos, planeja com antecedência e fomenta a matematização da experiência.

Assim o objeto de estudo da Geografia passa a ser composto de uma diversidade de seres, coisas e homens que compõe o espaço. A Geografia passa a acumular vertentes em sua ciência e proporcionava resultados que serviriam de apoio para a criação de novas teorias tanto na Geografia e demais ciências.

2.4 Élisée Reclus, Pietr Kropotkin e a Geografia Libertária

Nascido na França, proveniente de família humilde, Elissé Reclus encontra na leitura de socialistas utópicos, motivos para participar em 1851 da trama contra Luis Bonaparte e militar em 1871 na Comuna de Paris. Por tais motivos, viu-se obrigado a fugir da França e procurar exílio na Irlanda, nos Estados Unidos e na Colômbia.

Pelos países que passou, coletou inúmeras referências que mais tarde seriam usadas para compor *A Terra* (1871), *O Homem e a Terra* (1905 e 1908) em seis volumes, e a majestosa *Nova Geografia Universal* (1892), escrita em dezenove volumes.

Como geógrafo utilizou-se dos postulados anarquistas de Pietr Kropotkin, fazendo a sua proposta geográfica ser bem distinta dos demais legados geográficos já apresentados. Em comparação à seus antecedentes não se posicionou em conformidade com as classes dominantes, muito menos auxiliou autoridades nas tomadas de decisões de uma nação.

Ao contrário, Reclus teve uma postura de luta contra a estrutura do poder repudiando a validade dos Estados, se colocando assim, ao lado das classes menos favorecidas e fornecendo a estas, idéias de reformas sociais radicais.

Na tentativa de compreender a evolução da humanidade estudando a natureza, Andrade (2008) mostra que na *Nova Geografia Universal*, Reclus faz um corte horizontal da superfície terrestre, dividindo-a em esferas políticas sociais e culturais. Já no *Homem e a Terra*, ele promove um corte vertical de profundidade, onde analisa a ação dos homens desde a Pré – História até a época em que viveu e escreveu seus livros.

Em ambas as obras, Reclus se apresenta como um geógrafo escrupuloso, esmiuçador, cauteloso e detalhista, que investiga os processos de interação dos homens e das sociedades com a natureza, sem fazer a separação de Geografia Física e Humana. Além disso, também se dedica em fazer ilustrações cartográficas, fato que lhe aproximava do público lhe dando reconhecimento.

Os temas que os geógrafos deveriam investigar, sob ponto de vista reclusiano iam desde os motivos da divisão das classes sociais e as razões de apropriação dos meios de produção de determinadas sociedades, á luta das classes dominadas em virtude do poder e do acúmulo de riquezas. Tudo isso, que sendo esclarecido, compreendido e entendido proporcionaria aos homens progresso intelectual e social. “Esta conclusão resultava de seu cientificismo, isto é, da idéia que a ciência desenvolvida era capaz de solucionar os problemas e de aperfeiçoar socialmente os homens, e da sua crença inabalável no progresso”. (ANDRADE, 2008, p. 89)

Relacionando a expansão colonial e a degradação ambiental com o desenvolvimento industrial e a intensificação da população em centros metropolitanos europeus, Reclus estava preocupado em demonstrar como que no final do séc. XIX todas as partes do planeta seriam atingidas pelos efeitos do modo de produção capitalista.

Por outro lado, descendente de uma das famílias mais antigas da Rússia e filho de grande proprietário de terra, Kropotkin desviou-se da vida militar para se tornar um importante geógrafo. No entanto foi na rotina da vida militar que encontrou entusiasmo para começar se dedicar a Ciência Geográfica. Como oficial do exército russo, teve acesso privilegiado nas regiões em que pode trabalhar⁹ razão que o permitiu fazer inúmeros levantamentos topográficos e retificar abundantes mapas.

Além disso, Kropotkin corrigiu trabalhos de Humboldt identificando corretamente a posição geográfica de rios e montanhas, sendo motivado particularmente para deixar a vida militar e dedicar-se as atividades científicas.

Como cientista realizou viagens a Finlândia e fez estudos sobre a porção setentrional, de clima glacial do Império Russo. Determinou a existência, no mar Ártico, de arquipélago que foi em seguida descoberto pelos alemães – ilhas de Francisco José -, e desenvolveu estudos de glaciologia. Tornou-se famoso e passou a participar da Sociedade Geográfica Russa, sendo por muitos anos seu secretário e

⁹ Trabalhou nas montanhas do Grande Khingan, uma cordilheira vulcânica no interior da Mongólia, no Saian Oriental e no Olekma-Vitim. Além de exercer funções em missões secretas que consolidariam o Império Russo no extremo oriente, atravessando a Manchúria.

dela recebendo, pela importância de seus estudos geográficos, a Medalha de Ouro. (ANDRADE, 2008, p. 92)

A posição geográfica da Rússia no planeta ajudou o geógrafo russo a realizar estudos referentes ao solo glacial, tentando mostrar resultados que facilitassem as dificuldades impostas pelo clima rigoroso e permitisse o desenvolvimento da agricultura no país.

Percebeu então, o quão era mísera a vida dos camponeses. Tais motivos que o levaram a exercer atividades revolucionárias intensas que redundaram em sua prisão. Conseguindo fugir da Fortaleza de Pedro e Paulo, em São Petersburgo, permaneceu no exterior exilado por mais de quarenta anos, só retornando a Rússia, após a Revolução Socialista, “revolução que não apoiou, por achar que ela fortaleceria o Estado, que ele queria ver abolido” (ANDRADE, 2008, p. 93)

Todavia, considerava a Geografia como uma ciência da natureza, acreditando que o reino natural era encaminhado por leis gerais. Além disso, também estava preocupado com a educação e o papel desenvolvido pela Geografia no processo educacional.

Para Andrade (2008), Kryptokin, admitia que a Geografia era uma ciência natural e dividia ela em quatro ramos: 1º que a Geografia estudaria as leis que determinassem a distribuição das terras e das águas no planeta, bem como as modificações que se processam e se processaram nessa distribuição; 2º o motivo de estabelecimento dessas leis e quais os fatores determinantes na formação das montanhas, rios e relevos diante das condições meteorológicas; 3º a localização e distribuição dos animais e dos vegetais na superfície terrestre, levantando problemas ligados ao que hoje é a Biogeografia, em seus dois grandes sub-ramos: a Fitogeografia e a Zoogeografia; 4º por fim, o ramo mais importante, que estudava a distribuição dos homens pela superfície terrestre.

Dando mais saliência ao 4º ramo, Kryptokin investigava a distribuição dos grupos humanos e as influências climáticas sobre estes, além de fazer o estabelecimento da distribuição geográfica das raças humanas, religiões, costumes e das formas de propriedades. Também, especulou os obstáculos nas construções de cidades e de passividades em fronteiras políticas.

Em relação à educação, ele condenava como acontecia o ensino e a formação da juventude. A Geografia na forma que era ensinada não despertava o interesse aos estudantes. E, para reparar isso, Kryptokin afirmava que os professores deveriam se utilizar de livros de viagens, onde estivesse descrito por meio de imagens e sentenças, os hábitos e costumes de diversos países, bem como realizar estudos de campo para possibilitar os estudantes a compreender as formas de relevo, as paisagens rurais e urbanas, para então motivar os jovens a estudar.

Assim como Reclus, Kryptokin também desejava o desaparecimento do Estado, sustentando a luta moral e preparando jovens para “viver em uma sociedade livre, aberta a todos os povos, sem ricos e pobres, sem dominados e dominadores e administradas por associações e sindicatos”

(ANDRADE, 2008, p. 95). Tanto Reclus como Kropotkin são considerados como geógrafos libertários, caracterizados por terem influência dialética de Marx e tornar objeto de investigação geográfica as classes sociais.

Kropotkin redigiu os capítulos de Geografia Física da Rússia e do Extremo Oriente, na **Nova Geografia Universal**, de Reclus. A leitura da obra dos dois anarquistas – geógrafos, porém, mostra que as idéias filosóficas e políticas que abraçavam tiveram grande influência nas mesmas; ao analisarem as formas de utilização do espaço pela sociedade, davam sempre uma interpretação baseada nas idéias que defendiam (ANDRADE, 2008, p. 96)

Diferente da proposta dos geógrafos conservadores apresentados anteriormente, os libertários defendiam pressupostos anarquistas, recusando a convocatória do Estado de prestar serviços, se mantendo assim, com uma postura a qual eram excluídos da vida universitária, pois poderiam ser presos ou perseguidos.

Diante das questões tratadas sobre o Estado, a doutrina social anarquista vai contra os pressupostos estabelecidos pelas ordens estatais. Pois, “o princípio que rege o anarquismo está na declaração de que o Estado é nocivo e desnecessário, pois há formas alternativas de organização voluntária.” (ARANHA & MARTINS, 1993, p. 286)

Para os anarquistas o Estado se apresenta como uma entidade prejudicial, causadora de danos e negativa, pelo fato, de que as ordens estabelecidas por ele, não são naturais. Sendo as ordens estatais de caráter artificial, suas normas deformam, atrofiam e causam anomalias às tendências corporativas entre os homens, regulando a liberdade dos pensamentos, estabelecendo dogmas e limitando o potencial da espécie humana.

Ainda mais, a sociedade estatal capitalista possui uma pirâmide onde as ordens são impostas de cima para baixo, e as decisões são tomadas pelos patamares mais elevados dessa hierarquia. Conforme segue a imagem 1.1.



O anarquismo vai contra a sociedade estruturada conforme a imagem 1.1. O anarquismo pondera a organização social como “um organismo que cresce de acordo com as leis da natureza, e a ordem natural se expressa pela autodisciplina e cooperação voluntária.” (ARANHA & MARTINS, 1993, p. 287)

A sociedade deve ser um organismo que não centralize o poder e o Estado é um órgão que deve estudar os problemas gerais e tencionar soluções que defiram aos interesses mais amplos possíveis, não somente o zelo das camadas mais altas.

O essencial do anarquismo é o reconhecimento da liberdade humana e da capacidade do homem agravar, progredir e intensificar seu conhecimento que lhe proporciona autonomia. Esta é a maior perfeição do homem, pois traz como consequência graus elevados de intelectualidade e racionalidade, que são indispensáveis para a raça humana alcançar gradativamente o sucesso e o bom desempenho nas ações, atitudes e deveres.

Todavia, a busca dessa perfeição se depara com obstáculos. Todavia, o anarquismo ambiciona uma forma social em que tais empecilhos sejam tirados do caminho para que não se crie perturbações, emaranhamentos ou constrangimentos, nessa busca que tem como objetivo central alcançar o que há mais de elevado no homem; sua autonomia. “O primeiro obstáculo que encontra o homem moderno está no Estado, e sua organização burocrática e política, e na propriedade, razão pela qual os critica, analisa e combate.” (SANTOS, 1964, p. 72)

Percebe-se que uma postura forte da doutrina anarquista e dos geógrafos libertários é a não aceitação do monopólio do poder do Estado, que se dá devido a privação dos bens de produção e a disparidade de membros que possuem e que não possuem estes.

3. Os modelos de Estado em diferentes épocas

Como vimos anteriormente o objeto de estudo; “Estado”, passou a ser íntegro da Geografia no séc. XVIII, a partir do requinte promovido por Ratzel o qual lhe dava saliência importância, ao conjunto de saberes apresentados por La Blache. Ao contrário de Ratzel e La Blache, também vimos que o termo “Estado” recebe proposição e imagem negativa com as amostras teóricas de Reclus, apoiadas pelas sentenças do anarquismo.

Diante dessas opiniões contrárias de concepção de Estados Nacionais, os quais se instalaram na Europa e que foram frutos do desenvolvimento capitalista, toma-se a partir desse momento algumas

representações de modelos de Estado, os quais, já eram manifestados por alguns filósofos antes da Revolução Industrial e do momento em que a Geografia toma para si este objeto de estudo.

Vale a pena lembrar, que mesmo nessas amostras de modelos de estados que seguem, as noções de poder e de território já estavam impregnadas. Porém, não levando em consideração a riqueza e a definição do conteúdo de tais termos, que foram apresentados de maneira esmerada por geógrafos modernos e contemporâneos.

Os modelos de Estados a seguir foram teorizados por filósofos antes de a Geografia tomar o Estado como seu objeto de estudo, cujo precursor foi Ratzel. Cada um deles corresponde a distintos momentos históricos: Idade Antiga (Aristóteles), Idade Média (Maquiavel) e Idade Moderna (Hobbes). Todos correspondem ao ponto de vista de Bachelard, ao período denominado por ele de *Pré – Científico*, antes do séc. XVII.

Certamente geógrafos modernos e contemporâneos realizaram a leitura desses testamentos para promover o aprimoramento e as reformas epistemológicas, dando volume e qualidade para o desenvolvimento da ciência geográfica.

3.1. Idade Antiga: as formas de governos e os Estados na Grécia Antiga

Visto que o conceito de território passou por uma transformação que implica em focar a atenção nas relações sociais e na relação da produção das técnicas, procura-se fazer a análise territorial no período da Grécia Antiga.

As formas de governo na Grécia proporcionavam relações sociais e econômicas que configuravam os territórios em escala local. Em Atenas, em 347 a. C, ser cidadão era consequência da participação política na cidade. Ser cidadão, portanto implicava em estar sujeito a um campo de força, que através das relações sociais auxiliavam o condicionamento dos territórios.

Antes de começar argumentar sobre a formação e as características das diversas espécies de Estado presentes na Grécia Antiga, é necessário compreender quem eram as pessoas que podiam ser chamadas de cidadãos. Somente aquelas que tinham o direito de votar e de participar do exercício do poder público em sua pátria, recebiam este atributo

No séc. III a. C nas colônias gregas “os estrangeiros e os escravos não são cidadãos, mas sim habitantes” (ARISTÓTELES, 2011, p. 42). Ser cidadão era diferente de ser habitante. Em relação ao primeiro termo, atribui-se a ele todas as pessoas que faziam parte da vida política dos estados

onde moravam. Isto é, todos que possuíam a areté homérica¹⁰, tinham o direito de manifestar o julgamento nas assembléias e deliberar sobre o futuro do lugar onde viviam. Ao segundo termo pertenciam todas as crianças sem idade para se inscrever na função cívica, velhos que ficavam isentos de qualquer atividade e estrangeiros. Estes últimos mencionados, não tinham os direitos já alegados.

Portanto os cidadãos eram aquelas pessoas que pertencendo a um estado, tinham maior poder deliberativo em relação aos habitantes, tendo privilégio em seus direitos. No entanto, estavam sujeitos a um campo de influências, constituídos por relações de poder, intrincadas nas relações do cotidiano, impostas pelo monarca. Assim, a constituição da polis revelava a imagem desejada do um território e do lugar onde cidadãos e habitantes moravam. As relações sociais foram fundamentais para a constituição dos Estados - Territórios na Grécia Antiga.

Visto que a forma de relacionamento entre cidadão e Estado, muda conforme os tipos de governo da Grécia Antiga se pensa como cerne do poder a figura dos monarcas, que governavam seus estados, todos os quais com características diferentes. Uma vez este no poder também direcionava seus interesses utilizando-se das relações sociais, tanto com cidadãos como habitantes, para expandir, espalhar e articular os pontos de interesses em seus territórios.

3.1.1. Monarquia

“O governo é o exercício do poder supremo do Estado. Este poder só poderia estar, ou nas mãos de um só ou da maioria das pessoas” (ARISTÓTELES, 2006, p. 105). Consecutivamente segue-se:

Chamamos de *Monarquia* o Estado em que o governo que visa a este interesse comum e pertence a um só; *Aristocracia* aquele a que é confiado a mais de um, denominação tomada ou do fato de que as poucas honestas, ou do que elas só tem em vista o maior bem do Estado e de seus membros; *República* em aquele que a multidão governa para a utilidade pública, este nome é comum a todos outros Estados (ARISTÓTELES, 2006, p. 105).

As formas de governo na Grécia Antiga eram a *monarquia*, a *aristocracia* e a *república*. Estas espécies de governo foram caracterizadas por relações de poder distintas nos diferentes âmbitos de cada tipo de governo regente nos Estados-Territórios. O conceito de território está

¹⁰ Segundo o *Dictionnaire Grec-Français* [1], a palavra *areté* significa mérito ou qualidade pela qual alguém se destaca. Dessa maneira, ela pode ser aplicada às mais diferentes esferas da vida humana [2]. Pode significar uma qualidade do corpo, tal como força ou agilidade (*Iliada*, canto XX, verso 411), beleza (Xenofonte, *Ciropédia*, 5, 1-4), saúde (Platão, *Górgias*, 479b; *Político*, 353b; Aristóteles, *Retórica*, 1, 3), ou pode ser uma qualidade da inteligência ou da alma, como vemos no *Protágoras* de Platão (322d). Pode adquirir o sentido de consideração ou honra (Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, I, 33), ou pode ser vista como o mérito do artesão, ou ainda do homem de Estado. No sentido moral, *areté* significa nobres ações em Platão (*República*, 618b).

presente tanto em âmbito psicológico imaterial, que revela a índole das pessoas, quanto econômico material, que constituem o território como um todo, articulando os interesses do monarca.

O primeiro tipo de monarquia que se divide em cinco, é chamada de *Generalato Perpétuo*. Os estados que a dotasse, sempre teriam como rei do estado um general, seja ele pertencente a qualquer divisão do exército. Este chegaria ao poder através da hereditariedade ou por meio de uma eleição. Através da hereditariedade que era passada de geração a geração a membros da família. Todavia, se o monarca – general não obtivesse de herdeiros possuidores da arte da guerra, uma eleição era realizada, onde somente generais poderiam concorrer ao cargo de rei e apenas cidadãos poderiam deliberar.

Característica forte, que mostra o poder do monarca na constituição dos territórios desse modelo de monarquia “é o que se chama lei do golpe de mão” (ARISTÓTELES, 2011, p. 109). Essa lei poderia ser levada a efeito somente em tempos de guerra, onde o monarca – general poderia executar os próprios soldados caso não o obedecessem.

Além disso, em tempos de paz o rei poderia assumir em seu território outras funções além de monarca e general. Poderia ser também sacerdote, comerciante ou então a pessoa responsável pelas organizações festivas nos estados.

A *Monarquia dos Bárbaros* é a segunda espécie desse tipo de governo. Essa monarquia era de caráter despótico. Isto é, tanto cidadão como habitantes eram tratados pelo rei da mesma que os escravos eram tratados. O relacionamento do rei com seus súditos sendo despótico, não quer dizer que as pessoas que constituíam essa forma de governo de tais território tinham que ser necessariamente escravas. Tal tratamento era aceito por parte da população se tornando legal, justamente pelo fato de haver leis impostas que faziam tais territórios se sustentarem.

Os reis dessa monarquia chegavam ao governo, para poder controlar seus estados e seus territórios, sempre através da hereditariedade. E mesmo, tratando as pessoas, sujeitas a esse campo de força, como escravas, elas eram obrigadas a empunhar armas, para constituírem os exércitos e defender os territórios conforme interesses e necessidades do monarca.

O terceiro tipo de monarquia é denominado por Aristóteles de *Despotismo Eletivo*. Como se percebe pelo nome essa forma de governo também era de caráter despótico. O que a diferencia da Monarquia dos Bárbaros, é que nesta, o rei assume o poder e controle dos estados – territórios sempre através de uma eleição.

Alguns reis “conservavam por toda a vida, outros por um prazo fixado ou apenas para alguns negócios” (ARISTÓTELES, 2011 p. 110). Isso significava que o regime do mandato do rei poderia ser vitalício ou então por determinado período, que deveria ser dito pelo mesmo antes de assumir o

cargo. Passado o tempo estipulado, uma nova eleição seria feita onde somente os cidadãos poderiam concorrer a rei, bem como deliberar.

A *Monarquia dos Tempos Heróicos* é o quarto modelo. Essa monarquia se caracterizava pelo poder absoluto do rei em seus estados territórios. O poder absoluto do monarca se revelava, pois, nesse governo ele tinha o direito de decidir sobre a vida ou a morte dos habitantes e cidadãos em tempos de paz. Além do mais, “os reis tinham autoridade sobre todos os negócios de Estado, tanto dentro quanto fora, e para sempre” (ARISTÓTELES, 2011, p. 111).

Outra característica importante dessa monarquia e que também revela o poder do monarca é a razão dele ser íntegro a todos os processos jurídicos que decorrem aos territórios governados por esses monarcas. O rei ao chegaria ao poder através da voluntariedade mediante aceitação dos cidadãos ou por meio da hereditariedade.

O quinto modelo de monarquia é chamado de *Soberania* ou *Paternal*. Nessa monarquia o rei chegaria ao poder através de uma eleição, onde os habitantes não tinham direito de deliberar. Uma vez eleito, o rei permaneceria no poder por um período de quatro anos. Decorridos estes, nova eleição seria realizada, nos mesmos parâmetros já mencionados.

Particularidade desta “é a soberania que uma cidade isolada ou uma nação inteira conferem a um só, sobre todas às pessoas e sobre as comuns, para governá-las a maneira do pai de família.”. (ARISTÓTELES, 2011, p. 112). Isso quer dizer que diferente da *Monarquia dos Bárbaros* e do *Despotismo Eletivo*, a relação do rei com seus súditos, em uma *Monarquia Soberana* ou *Paternal*, necessária para a constituição dos territórios, entendido em seu processo de mudança epistemológica dos anos 60 e 70, não era de maneira rude, severa ou grosseira, mas sim da mesma forma de um pai de família tratando os demais membros.

3.1.2. Aristocracia

O segundo tipo de governo do qual se fala diferencia-se da monarquia pelo fato desde tipo de governo teoricamente pensar no bem de todos. A Aristocracia não é subdividida em cinco tipos como a monarquia. A Aristocracia é única, sendo assim, caracterizada como o governo de poucas pessoas cuidando das coisas públicas da polis

Nessa forma de governo de um Estado – polis – o poder não pertence a somente um. A magistratura dos Estados que optarem por tal forma de governo concederá o poder às boas pessoas. Tais pessoas irão ser responsáveis por sistematizar, organizar e fazer as promoções territoriais sem privar o bem dos habitantes e dos cidadãos.

A incumbência de tamanha responsabilidade, de tais, far-se-á em razão de riquezas e méritos particulares dos magistrados. Assim, obtendo o poder, estes, terão a obrigação de assegurar condições a todos.

No entanto, na prática muitas vezes isso não acontecia e poderia vir a não agradar a todos. Pois, homens de almas elevadas, de grande potencial intelectual, sem riquezas materiais, não poderiam ocupar cargos públicos, e ficavam ilegíveis. Tais fatos que geravam perturbações nessa forma de governo.

Além disso, os magistrados nem sempre queriam cuidar do bem de todos. Muitas vezes as autoridades públicas eram ligeiras na elaboração de leis, que obrigassem os súditos a se submeterem-se a humilhações e ao roubo legal de suas riquezas.

Desta forma o sapateiro que levava uma vida mecânica não podia ser denominado de cidadão. Pois, ele repetia as ações sem pensar e sem ter a capacidade de fazer o sapato como queria. Ele fazia o sapato conforme as sentenças detalhadas de quem estiveram pagando-o. Não tendo o direito de deliberar em seu trabalho, não teria o privilégio de decidir sobre assuntos em maiores escalas que tratasse de seu Estado.

Diferente do sapateiro era o camponês. Mesmo sendo pobre poderia ser chamado de cidadão, pois, “só os cidadãos tinham o direito de possuir terras e quase todos os camponeses eram donos do solo que aravam” (DURANT, 1957, p. 345). A agricultura era o alicerce de todos os estados independentes da forma de governo que o adotasse. Porém, os camponeses mesmo sendo considerados cidadãos não poderiam ocupar cargos públicos, pois eram lastimados.

As técnicas agrícolas eram diversas. Os camponeses armazenavam água em reservatórios para utilizá-la em épocas de secas, construíam diques e barragens para conter enchentes, e também diques de irrigação além de deixar o solo se recuperando em tempos de repouso. Os principais adubos utilizados eram as cinzas e o próprio lixo orgânico. “Todas as atividades da lavoura condensavam-se nos breves dias de outono; a colheita do trigo no fim de maio; e o verão sem chuvas a estação do preparo e do repouso da terra” (DURANT, 1957, p. 346).

Na região da Ática, os estados aristocráticos, produziam cerca de 675.000 toneladas de trigo, o que era considerado muito pouco, alimentando apenas um quarto da população. Para suprir suas necessidades importavam cereais, azeitonas e uvas dos estados vizinhos. Todavia, a pecuária era realizada, mas não era a fonte principal de alimento.

Muito escassa a criação de gado como fonte de alimento; os cavalos criavam-se para corridas, os carneiros para lã, as cabras para leite, os burros, mulas, vacas e bois para o transporte, os porcos para a carne; e temos ainda a adicionar a apicultura para fornecimento do mel em um mundo sem açúcar. (DURANT, 1957, p. 347)

A territorialidade nesta forma de governo, como em todas as outras está inscrita no quadro de produção de troca e consumo das coisas. Esse quadro de produção, troca e consumo, determina o sistema territorial, pois “criam vizinhanças, acessos e convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamento” (RAFFESTIN, 2011, p. 145) que se manifestam em todas as escalas espaciais e sociais.

O sistema territorial aristocrático agrega a própria territorialidade ao que os indivíduos vivem. Dessa forma a territorialidade está presente em todas as escala sociais e espaciais, tanto aos habitantes como cidadãos. Porém a noção de poder não estará somente na mão de um, como na monarquia, mas sim na mão de alguns que irão sistematizar o governo. A fim de sistematizar o governo. Já que agora está na mão de alguns, é necessário que os mesmos usem da mesma linguagem entre si e com seus cidadãos para que os interessem territorial de tal grupo sejam direcionados a um único ponto.

Sendo que no conceito de linguagem está inquirido relação de poder é necessário compreender que: “Nada negligenciável das relações de força que se estabelecem por meio da linguagem, e das quais está é o lugar [...] A linguagem é um instrumento de poder da mesma forma do que qualquer outro.” (RAFFESTIN, 2011, p. 97)

Consecutivamente, a linguagem que se davá através das relações sociais do governo em um estado aristocrático decidia estratégias que estavam ligadas as tomadas de decisões do grupo público, fortemente presente na constituição deste.

Vale a pena lembrar que na constituição dos Estados Aristocráticos, sempre existiu em seu interior, uma força política, com maior recursos econômicos e que também representava a maior parte da população. Estes, eram os Centros Aristocráticos, que usufruíam muito da linguagem como forma de poder para manter e expandir os pontos de interesse do território.

3.1.3. República

A junção das qualidades positivas de um estado oligárquico e de outro democrático daria a um terceiro a forma de governo da República. A República é a forma de governo de um estado que reúne o que existe de bom em uma Oligarquia e numa Democracia.

Visto que, ambas as formas são consideradas como formas degenerativas de um estado, a Oligarquia se torna deturpada, quando os aristocratas usam o governo e o poder para privilegiar e enaltecer os ricos, esquecendo-se da multidão e os pobres.

Por outro lado a Democracia é a forma de governo degenerativa da Republica. É a espécie de governo, a qual responsável por legislar é a multidão e os pobres. Visto que, raros eram os lugares onde a maioria era composta por ricos e a minoria por pobres.

Aristóteles (2006) apresenta alguns princípios que caracterizam a Democracia, forma corrupta do governo republicano, são eles: 1º que todos têm direito de escolher dentre todos os seus magistrados; 2º que todos têm poder sobre cada um, e cada qual alternadamente governar os outros; 3º que os magistrados devem ser sorteados, ou tomados sem exceção, ou pelo menos aqueles cujo cargo não requer nem luzes, nem experiência; 4º que não se deve ter a este respeito nenhuma consideração para com a fortuna, ou então a menor das quais deve bastar; 5º que a mesma magistratura não deve ser conferida mais de uma vez à mesma pessoa, ou pelo menos que isso aconteça raramente e para pouquíssimos cargos, a não ser os militares; 6º que todos os cargos devem ser de curta duração, ou pelo menos aqueles onde esta breve duração for conveniente; 7º que todos devem passar pela judicatura, de qualquer classe que sejam, e ter poder para julgar sobre todos os casos em qualquer matéria, mesmo as causas da mais alta importância para o Estado, tais como as contas e a censura dos magistrados, a reforma do governo, assim como as convenções particulares; 8º que a Assembléia geral é senhora de tudo, e os magistrados de nada, ou que pelo menos a Assembléia seja única a decidir sobre os grandes interesses e não caibam aos magistrados senão os negócios de pouca importância; 9º que os membros do senado não sejam indistintamente assalariados. Os salários arruinam o poder da magistratura; o povo, ávido de salários; 10º que, no entanto, um direito de presença seja concedido, se as faculdades do povo assim o permitirem, aos que assistirem à Assembléia do senado, e que sejam pagos os tribunais e os magistrados, ou pelo menos os membros principais, tais como os que são obrigados a receber todos os que se apresentam; 11º que, caracterizando-se a oligarquia pela nobreza, pela riqueza e pelo saber de seus membros, a democracia lhe é totalmente oposto, distinguindo-se pelo baixo nascimento, pela pobreza e pela vulgaridade das profissões; 12º que não se deve tolerar nenhuma magistratura perpétua. Portanto, se sobrar alguma magistratura do antigo regime, suas atribuições são reduzidas e, de eletiva, passará a depender de sorteio.

Temos assim, de um lado a Oligarquia, cujo poder de direção e decisão pertencem aos poucos ricos, e do outro lado a Democracia, onde responsáveis por legislar e cuidar dos bens públicos era a multidão. Juntando a principal virtude da Oligarquia; riqueza, com a qualidade fundamental da Democracia; liberdade, tem-se o governo republicano.

Todavia existem três formas dessa transição acontecer. *A primeira* delas é fazer da legislação oligárquica e democrática um só governo, onde ricos e pobres possam misturar-se na ocupação dos cargos públicos. *A segunda* é permanecer no meio do regime da Oligarquia e da

Democracia, sem pender a nenhum dos lados. *A terceira* é fazer uma mescla da Oligarquia e da Democracia, constituindo um estado equilibrado, onde as características particulares de cada um deles não se sobressaiam, caracterizando ele como uma Oligarquia ou uma Democracia.

A República é a forma de governo que reúne o que há de melhor na monarquia e na aristocracia. Lembra-se porém que a República não é a depreciação particular da Aristocracia ou da Democracia. Da degeneração de ambas as forma de governo é que surge a República. Na República, os ricos não tinham a tentação de fazer o mal, no entanto eram homens de bem. “É por isso que os chamam de fidalgos, cavalheiros e notáveis” (ARISTÓTELES, 2006, p.114).

Assim como nas outras formas de governos, o cidadão era todo aquele que obedecia e deliberava sobre a valorização das leis. De fato, não existiam somente leis convenientes a favor dos súditos, também existiam as más leis. Elas poderiam vir a acontecer de duas maneiras: “ou porque as circunstâncias não permitem melhores, ou porque elas são simplesmente boas e si, sem convir as circunstancias.” (ARISTÓTELES, 2006, p.114).

Vale à pena lembrar, que esse conjunto de leis estabelecia poder na forma de direitos e deveres. Era conforme o interesse do ator, aqui representado pela imagem do republicano, o qual era protagonista de todos os discursos dados no sistema territorial, que por sua vez implicava na particular personalidade dos súditos através das relações sociais nos estados gregos.

“Em Tebas o próprio comércio dificultava o acesso a cidadania. Havia uma lei que exigia que se tivesse fechado a loja e deixado de vender, por dez anos não poderia ser admitido (ARISTÓTELES, 2006 p.114).” São essas relações que delimitavam o poder no território dos estados, e atribuía a uma parcela da população o estatuto de cidadão, os quais tinham maior importância, por participar das atividades políticas ou públicas promovidas pelas leis.

Todavia, as leis passaram a fazer efeitos sobre os homens, perdendo o caráter divino com Péricles, que legislou o estado de Atenas de 461 a 431 a.C. Péricles estabeleceu que seis arcontes, isto é; seis magistrados gregos que tinham a incumbência de executar as leis deveriam transformar os códigos divinos das religiões em atos de julgamentos puros, sem responsabilizar mais os deuses pelas desavenças sociais que aconteciam nos estados gregos. A responsabilidade passou então para as famílias, para os indivíduos e as vinganças cederam lugar a punições estabelecidas pelo estado.

Visto que as relações de poder estavam ligadas as tomadas de decisões direcionadas pelo estado, que era constituído por quem estivesse na área de influencia das leis, a configuração territorial cederá uma imagem precisa da dimensão espacial e social, que é o resultado do poder dimensionado das regras, normas e leis, as quais passaram a ter um caráter racional, e postou o homem no centro do universo da discussão, dando-lhe maiores responsabilidades.

Consecutivamente a população, constituída de ricos e pobres, implica diretamente na imagem do sistema territorial, sendo muito importante para a consolidação da forma de governo implícita em um estado republicano, sustentado por um sistema territorial, que rege seus moradores, por meio das leis que eram estabelecidas com o auxílio e opinião dos cidadãos, a decisão destes.

Por outro lado, todos os estados, independentes dos tipos de governo que os rege, as boas leis são necessárias para evitar o caminho da ruína. Além disso, as leis também possibilitam que os territórios gregos estejam sempre organizados e articulados com outros externamente.

3. 2. Idade Medieval: Política, Poder e Moral em Maquiavel

A fonte de inspiração política, no exercício do pensamento, para um príncipe que manda e ordenada em seu principado, que é entendido como uma determinada região geográfica é a leitura das obras que narram às batalhas e as façanhas dos grandes generais de guerras da história e das conquistas ferozes de um povo sobre outro.

O exercício do pensamento, para Maquiavel consiste na arte da leitura, de fazer a análise das histórias de outros países e observar como se conduziram às guerras, essencial para um príncipe poder repetir imitar e reproduzir, as ações em batalha de grandes nomes da história, como Aquiles, Alexandre Magno e Teseu. Situação que permitirá ao príncipe tomar para si, as grandes feições desses nomes da história, praticando as façanhas passadas nas guerras presentes.

Além do exercício do pensamento, que se dá em tempos de paz, é preciso o exercício da ação na concórdia. O exercício da ação significa manter a disciplina dos soldados, treinando-os com o auxílio do príncipe, em grandes caçadas, habituando os corpos das forças aos incômodos naturais impostos pelos terrenos, como montanhas, florestas e pântanos e simular situações de guerra, verificando os melhores momentos de ataques ao inimigo e as rotas de fugas mais seguras.

É por meio do exercício do pensamento e da ação que o príncipe consegue a astúcia feliz, ou a *virtú*. Esta demonstra a força e o poder de um príncipe e, é uma excelência de caráter a qual se dirige a efeitos de posse e definições políticas, que se fundamentam nesses dois tipos de ações.

Ainda mais, a *virtú*, não possui nenhuma disposição, predicado ou espécie moral. Ela é composta de várias qualidades diversas e também contrárias, as quais são aplicadas às práticas políticas e que facilitam a tomada das decisões e ações em tempo certo, por parte de um príncipe.

Todavia, a *virtú*, também ampara o príncipe na criação de fundamentos de sustentação de um Estado. Esse conceito no legado de Maquiavel merece muita atenção, já que “nos seus escritos se encontra muitas vezes a palavras “*stato*” ou seja “estado”, que porém, ele não utiliza para indicar o Estado moderno” (PINZANI, 2005, p. 25).

O estado que Maquiavel se refere é descrito pela história das conquistas de um principado sobre outro, e o surgimento destes, depende unicamente das vitórias militares e políticas de um rei sobre outros príncipes ou de poderes locais. Todavia, ao mesmo sentido de estado, Maquiavel denomina principado, e estes se diferenciam em três tipos, conforme suas características.

Os *principados hereditários* são herdados através dos laços sanguíneos, passando de geração a geração. A essas espécies de estados, os príncipes encontram poucas dificuldades em mantê-lo. No entanto, o príncipe que se acomodar e não praticar a guerra em tempos de paz, pelo pensamento e pela ação, corre o risco de chegar à ruína. Os principados hereditários devem progredir a mesma prática de seus antecessores e quanto mais antigo este for, menor a probabilidade de perder ele.

As outras castas de principados ou estados, Maquiavel denominá-los de *novos* e *mistos*. Estes são mais difíceis de governar e o príncipe deve ser prudente. São *novos* quando conquistados pela forças ou então *mistos* quando anexados a outros principados antigos.

Em ambos os tipos de estado, o príncipe “deve fazer desaparecer a linha do príncipe que os dominava, pois, mantendo-se nas outras coisas a condição antiga, e não havendo disparidade de costumes, os homens vivem calmamente.” (MAQUIAVEL, 1973, p. 10)

Além do mais, o príncipe não deve alterar as leis e os impostos dessas castas de principados. Mas, mais importante que isso, é apagar as lembranças deixadas pelo antigo príncipe, para que estas não sejam poderosas suficientes para voltar-se contra ele. Essas são às duas regras básicas apresentadas por Maquiavel e que os príncipes devem seguir nessas situações.

Todavia, quando os principados *novos* ou *mistos* são conquistados, e neles existem grandes diferenças de língua, costumes e leis, o que o príncipe deve fazer é habitá-los. O príncipe morando uma vez nestes, ficará mais próximo as desavenças que poderão vir acontecer e poderá solucionar os problemas mais rapidamente. O príncipe estando próximo aos seus novos súditos, poderá vir a se tornar amado mais facilmente.

“Também numa província diferente por sua língua, costumes e leis, faça-se o príncipe de chefe e defensor dos mais fracos e trate de enfraquecer os poderosos da própria província, além de guarda-ser de que entre por acaso um estrangeiro tão poderoso quanto ele” (MAQUIAVEL, 1973 p. 10). O príncipe para evitar a ruína não tem que demonstrar o gasto com suas despesas e seus luxos. Não é este o caminho que o príncipe deve seguir para ter a fama do povo. Para conseguir - lá, o príncipe deve proceder cruelmente no físico. A imagem de um príncipe, para Maquiavel, não deve caracterizá-lo como homem de luxo. A imagem do príncipe deve se remetida a imagem de miserável e temido. Ou seja: é necessário que um príncipe aprenda a ser mau e que se deixe valer disso em suas necessidades.

Paralelamente a isso, o príncipe deve conhecer seus próprios defeitos, para poder ser prudente e evitar a ruína. Analisar suas imperfeições também tem apreço, pois poderá transformar estas em virtudes, para garantir a segurança e o bem estar em seu governo.

O importante aqui é: deixar claro que a política e o poder em Maquiavel são ações executadas pelo príncipe, para fazer prevalecer à prática da guerra. Além disso, ele deve seguir um bom regulamento e uma boa disciplina. Também é importante deixar claro que a política neste autor, não é algo que normatize a vida das pessoas, mas sim de caráter punitivo.

Maquiavel, em sua obra *O príncipe* no intervalo dos capítulos XII à XV, aborda questões militares que são muito importantes para os príncipes não perderem seus estados. Para ele, os meios ofensivos e defensivos dos estados, aliados as boas leis e as boas armas são essenciais para evitar a desgraça, que se dá através de uma base não solidificada de fundamentos. Maquiavel caracteriza os tipos de forças disponíveis aos príncipes para poder manter seus estados. São elas: *mercenárias*, *auxiliares*, *mistas* e *próprias*.

Maquiavel mostra que os dois tipos de tropas, citadas em uma ordem hierárquica de utilidade e potência, são inúteis e perigosas. Elas recebem este atributo pelo fato de não serem unidas ao príncipe e de não fazer guerra por amor, mas sim pelo dinheiro de quem estiver contratando-as.

Ainda mais, Maquiavel atribui aos soldados dessas tropas a precha de infieis, indisciplinados, insolentes e arrogantes com os amigos e covardes diante dos inimigos. Essas tropas se tornam perigosas, pois, tem o costume de roubar dos príncipes em tempos de paz, e de não oferecer segurança e confiança a eles. Essas tropas são contratadas quando os cidadãos das cidades não são capazes de manejar armas.

De forma geral, as principais características das forças *mercenárias* e *auxiliares* é que elas não realizam ataques a noite, não trabalham no inverno e não atacam pequenas propriedades e lavouras. Enfim, essas tropas evitam trabalho e serviços perigosos.

No entanto, as tropas *auxiliares* são mais unidas que as tropas *mercenárias*, e por esse motivo podem anteceder a ruína de um príncipe após a guerra. As forças *auxiliares* possuem uma organização própria na batalha e seus soldados se valorizam mais que os soldados mercenários. É esse o motivo de serem mais perigosas que as *mercenárias*, se revoltadas a um príncipe.

A característica comum dessas tropas é que ambas ao lutarem utilizam armas e armaduras reais da província que as pagaram para lutar. Fato, que na hora do confronto pode vir a prejudicar os soldados limitando seus movimentos e suas ações. “Enfim, as armas de outrem ou te caem pelas costas, ou pesam sobre ti, ou ainda te sufocam” (MAQUIAVEL 1973, p. 10). Maquiavel, ainda salienta que os príncipes prudentes preferem perder as batalhas com as próprias forças do que vencê-las falsamente utilizando às tropas *mercenárias* ou *auxiliares*.

O político italiano cita também as tropas *mistas*. Estas são compostas tanto de soldados mercenários como por soldados que fazem parte das *forças próprias*, sendo estas, mais eficientes que as tropas auxiliares. Maquiavel se debruça ao uso e na utilização das *tropas próprias*. Estas credenciam confiança ao príncipe na hora dos confrontos, pois, são constituídas por cidadãos e súditos, armados e treinados pelo serviço militar oferecido obrigatoriamente na cidade onde habitam e que também são bem tratados pelo príncipe em tempos de paz.

Ditas as principais características dos conceitos de estado, política e poder dos príncipes na perspectiva de Maquiavel, à de mostrar o conceito de moral dita por ele. “Ele pretende somente separar decisivamente os dois âmbitos, da moral e da política” (PINZANI, 2005, p. 35)

A moral mostrada por ele é um modelo consequencialista, ou seja, uma moral que prevê a consequência dos atos e das ações do príncipe. Maquiavel separa em campos diferentes moral e política. No que diz a respeito ao primeiro, a moral dita por ele é uma moral extremamente rígida, que muitas vezes se confunde por uma amoral. Esta – moral – deve ser vista como um utensílio na luta pelo poder e pelo sucesso político, que faça o príncipe usufruir de sua postura malfazeja quando necessário.

Conclui-se, portanto, que as principais mudanças paradigmáticas proporcionadas por Maquiavel são: 1º existem grande diferenças entre os argumentos morais e o funcionamento da política; 2º não existe estado, no sentido maqueveliano, sem sustentação política, esta que deve acontecer a partir de um poder centralizado (exército); 3º o principal fundamento da política não é a moral, mas sim o êxito que é a força maior nesse campo de ação; 4º a política não é um ideal, é sim a garantia mínima de convivência; 5º a política não deve ser uma disciplina normativa, mas sim punitiva; e, 6º ela é vista como individualista, onde o príncipe é o protagonista que se utiliza dos expedientes necessários para garantir sua estabilidade.

3.3. Idade Moderna: Estado de Natureza e Estado Civil em Hobbes

Abordando as principais características e fundamentos de um modelo de Estado Moderno, consideram-se os postulados de uma das figuras mais importantes da ciência e da filosofia dessa época; Thomas Hobbes.

Acontecimentos históricos como a Guerra dos Trinta anos (1610 – 1648) e a Guerra Civil Inglesa (1642 – 1649), inspiraram Hobbes a postular uma teoria política, onde o cerne problemático é a construção de um sistema de poder em uma ordem religiosa ou em ideologias que tentem assegurar a paz. O estado civil deve ser fundamentado em um modelo matemático, racional e de natureza mecanicista.

Hobbes, em sua obra *Leviatã* apresenta dois modelos de Estado: o de natureza e o civil. O estado de natureza para Hobbes recebe atributo de negatividade. Pois, é um estado que não possui uma autoridade central, podendo assim os homens, fazer pelo uso de sua liberdade e força, o que quiserem para obter seus bens. Estes, que num Estado de natureza são limitados. Assim, para alcançar tais fins, os indivíduos poderão matar roubar ou cometer qualquer outro tipo de crime, devido à inexistência de regras que os punam. Sobre o Estado de Natureza:

Não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente, nem cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há uma sociedade, e o que é pior de tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta. (HOBBS, 1983, p. 80).

O Estado Civil hobbesiano nasce a partir daqueles indivíduos que são a maioria, estes que possuem sentimento de medo da morte e por isso preferem submeter-se a um soberano antes de por em risco suas próprias vidas. Esta é a razão que vai dar origem a um Estado Civil, que segue parâmetros matemáticos, racionais e que vê a natureza em uma ordem mecanicista. A figura central do Estado Civil é o soberano, que pelo uso da força e de ameaças mantém o controle de seus súditos, impõe a paz e garante uma vida segura.

Para Hobbes (1983) o poder do soberano pode ser obtido de duas maneiras. Uma delas é a força natural, onde ele compara o poder dos pais sobre seus filhos. Estes, que por sua vez, não querendo obedecer à autoridade do pai, podem ser punidos pelo mesmo. A outra é quando os homens concordam entre si em submeterem-se a um só homem ou a uma assembléia, onde a principal função é oferecer segurança e esperança aos súditos.

No entanto, pelo uso dessas forças distintas por parte de um soberano, poderá vir a surgir dois Estados Cívicos com características diferentes. Pelo segundo tipo de força um *Estado Político* ou por *Instituição*, pelo uso da força natural um *Estado por Aquisição*.

Em relação ao Estado Político, Hobbes argumenta que ele foi instituído somente porque a multidão dos homens concordou por meio de um pacto¹¹, onde a maioria dos membros de uma sociedade civil deverá autorizar os atos e as decisões do soberano ou da assembléia, como próprios e individuais de cada súdito que compactuou. Portanto, todos os homens que fizeram o pacto deverão reconhecer e ser considerados autores de tudo que o soberano ou a assembléia de homens fizer.

Por esta instituição de um Estado, cada indivíduo é autor de tudo quando o soberano fizer, por conseqüência aquele que se queixar de uma injúria feita pelo soberano

¹¹ Tem que se produto de um ato voluntário, deve ser feito por mútuo acordo e não requer unanimidade. Crianças incapazes de responder por si próprias não podem pactuar, nem mesmo velhos incapazes de trabalhar ou pessoas com algum tipo de deficiência mental e intelectual.

estar-se-á queixando daquilo de que é próprio autor, portanto não deve acusar ninguém a não ser a si próprio; não pode acusar-se a si próprio de injúria, pois acusar a si próprio é impossível. (HOBBS, 1983, p. 109)

Assim, o soberano no *Estado Civil Político* ou por Instituição possui poder centralizado, tendo o direito de ditar as regras e normatizar as ações de seus súditos, que são essenciais para a constituição dessa espécie de Estado.

Ainda mais, o soberano é visto com um Deus mortal na Terra, que manda em suas milícias podendo decidir autoritariamente em fazer a guerra ou não com outros Estados. Ele também tem a responsabilidade de escolher seus conselheiros, ministros, magistrados e funcionários.

Por outro lado, o *Estado por Aquisição* estabelecido pela força natural, é adquirido quando os homens individualmente ou em grande número, por medo da morte ou de cadeias autorizam suas ações, sem a utilização de um pacto, a um soberano a uma assembléia de homens.

O que difere o Estado por Instituição do Estado por Aquisição é o fato de que neste último os homens cedem o poder a quem eles têm medo. Enquanto no primeiro por meio da utilização de um pacto dão o poder ao soberano ou a uma assembléia, em troca de propriedade, segurança e esperança, símbolos ausentes de um Estado de Natureza.

4. A Constituição do Estado Moderno

A grande obra composta por seis volumes de autoria de Eliséé Reclus, *O Homem e a Terra*, do ano de 1908 é um ícone para os estudos geográficos. Embora não seja a única obra de Reclus¹², é por meio dessa magnífica e grandiosa obra que ele, apresenta com liberdade a visão anarquista¹³ da Geografia com contribuições de Kropotkin.

A obra *O Homem e a Terra*, traça importantes pontos sobre a organização do espaço na Idade Média. As argumentações são feitas a partir de características mostradas pelo autor entre feudos e comunas. Segundo ele: “o conflito entre feudos e comunas atravessa todo o períodos medieval” (MOREIRA, 2010, p. 49)

Para entender melhor o ponto de vista abordado pelo autor aqui citado, tem-se de compreender como essa relação conflituosa entre feudos vs comunas acontecia. Pois este foi o fator

¹² Reclus também escreveu: *A Terra*, de 1869, em dois volumes e *Nova Geografia Universal*, publicada entre 1875 e 1892, em 19 volumes.

¹³ **ANARQUISMO** (in. *Anarchism*; fr. *Anarchis-me*, ai. *Anarchismus*, it. *Anarchismo*) Doutrina segundo a qual o indivíduo é a única realidade, que deve ser absolutamente livre e que qualquer restrição que lhe seja imposta é ilegítima; de onde, a ilegitimidade do Estado. Costuma-se atribuir a Proudhon (1809-65) o nascimento do A. Sua principal preocupação foi mostrar que a justiça não pode ser imposta ao indivíduo, mas é uma faculdade do eu individual que, sem sair do seu foro interior, sente a dignidade da pessoa do próximo como a sua própria e, portanto adapta-se à realidade coletiva mesmo conservando a sua individualidade. (ABBAGNANO, 1998 p. 59).

crucial para o desenvolvimento dos modos de produção, caracterizado pelas relações sociais e de trabalho nos diferentes sistemas e que também deu origem as cidades e ao Estado Moderno.

Os feudos surgem quando o antigo Império Romano não consegue mais influenciar por meio de seu sistema escravagista regido pelas suas leis parte da Europa. Com a fragmentação no modo de produção escravista e com o enfraquecimento do Império Romano, estes dois pressupostos, deu origem a uma hierarquia feudal, onde em sua base de sustentação se encontram não mais os escravos, mas sim, os servos ou camponeses.

Representando a parte inferior dessa hierarquia, mas ao mesmo tempo, o fator essencial para o desenvolvimento e expansão do modo de produção feudal pela Europa, os servos ou os camponeses, exerciam trabalhos nesse campo de força limitado, cujo protagonista eram os senhores feudais e os cleros. Estes lhes davam comida, abrigo e proteção em troca da realização do trabalho exercido em seus campos.

Ao mesmo tempo, existiam as comunas, lugares de homens livres, que outrora pertenceu ao Império Romano ou Senhorial. No entanto, estes habitantes descontentes com as relações que se desenvolviam tanto no modo de produção escravista, quanto no feudal, pois em ambos os sistemas, os campos de ação das castas sociais baixas eram limitados, procuravam as comunas como forma de abrigo. Todavia, as comunas se encontravam em lugares de difícil acesso. Situavam-se longe dos feudos que se encontravam em expansão.

Geralmente as comunas aproveitavam os obstáculos impostos pela natureza. Tal fator que dificultavam o ataque e facilitava a defesa. Assim, os melhores lugares para as comunas se instalarem eram em densos bosques, próximos a pântanos, em regiões montanhosas ou alpinas. Fato, que tornava essas comunidades independentes e muitas vezes intocáveis.

“Esse quadro de conflitos que envolvem feudos e comunas (senhores e camponeses) e feudos e burgos (senhores e burgueses e artesões) é a raiz do Estado Moderno.” (MOREIRA, 2010, p. 52)

Todavia, Reclus, enfoca sua atenção e seus estudos na formação do Estado Moderno. Ele afirma que, o nascimento deste, se deu por dois motivos importantes: a origem nos conflitos citados a cima, já que as comunas ou os feudos representavam duas maneiras opostas de se viver, e nas guerras de formação das fronteiras, que definirá os territórios.

Sobre o primeiro pressuposto¹⁴ apresentado pelo autor, vale lembrar que: ou vivia-se nos feudos, em um campo de ação limitado, dirigido pelo poder do senhor feudal e pelo clero, que usufruíam da Ética Paternalista Cristã¹⁵ para tornar os camponeses acomodados. Ou então, os

¹⁴ Feudos vs Comunas.

¹⁵ “A ética paternalista cristã proporcionou os elementos para a legitimidade moral da economia feudal e, consequentemente, de suas relações sociais e econômicas” (HUNT & SHERMAM, 1982, p.21). Sobre a passagem, mais adiante terá mais esclarecimentos.

homens tornavam-se livres, porém, vistos como fugitivos bandidos ou temidos, por morarem nas comunas, os quais e viviam na tensão de sempre ser atacada.

Sobre a Ética Paternalista Cristã é importante esclarecer alguns tópicos. Ela era o principal meio utilizado pela casta suprema da hierarquia feudal, que pertencia ao senhor e ao clero, para exercer seu poder e sua influência, sobre a casta inferior dos servos.

Aos senhores, era importante manter a ordem no feudo, já que ambos viviam à custa dos trabalhos realizados pelos servos. Por isso era de grande saliência uma ideologia, e esta era a Ética Paternalista Cristã, a qual atuava como um código moral entre os homens.

Esse código moral, que atuava na forma de pensar e ver o mundo, modelava as pessoas sob a custódia da hierarquia da casta suprema de senhores e cleros, e foi umas das principais ferramentas usadas por eles para manter o controle e caracterizar o modo de produção feudal como um sistema de imobilidade social.

Era por meio desse instrumento de poder que se dirigiam os deveres e os costumes de cada habitante que morava no feudo. Seu principal objetivo era manter a ordem no feudo, evitando revoltas e principalmente a acumulação de riquezas dos habitantes que não pertenciam a casta mais baixa.

A Ética Paternalista Cristã acontecia nas peças oratórias proferidas, e exposições metódicas ao público. Era por meio de discursos que se mostrava a importância da caridade e da esmola, condenando a ganância, a avareza e o egoísmo. Conforme Hunt & Shermann (1977) os homens ricos tinham uma obrigação especial: deviam encarar suas riquezas como dádivas de Deus, e utilizá-las como discernimentos em proveito do bem – estar de seus semelhantes.

Assim, o entendimento por parte inferior da hierarquia feudal, sobre os porquês dos fenômenos sociais, como por exemplo: a razão de uns trabalharem e outros não, se tornava mais nebulosa, embaraçada e confusa, já que os fatos de natureza social remetiam a explicações divinas. “A conclusão de que era vontade de Deus que alguns homens desfrutassem de riquezas e zelassem, paternalisticamente pelo bem – estar de toda a sociedade”. (HUNT & SHERMAN, 1977 p. 17)

Por outro lado, os homens que usavam a riqueza particular para a auto-gratificação ou servindo como fonte de acúmulo em seu proveito, eram vistos como maus e pecadores, pois, não estavam preocupados com o bem – estar de seus símiles.

Diante dessa situação, o código moral da Ética Paternalista Cristã atuava como ideologia predominante nas sociedades medievais, em especial, nos feudos. Ela caracterizou as formas de agrupamento de pessoas, submetidas a um regulamento tal que: a pessoa que nascesse pobre iria permanecer pobre pelo resto de seus dias, pois, assim era a vontade divina. Já os homens ricos

teriam que compartilhar suas riquezas aos desprivilegiados, pois, sentiam-se honrados por essa dádiva de Deus.

Fato que gerou a principal característica do feudalismo – imobilidade social – que atravessou toda a Idade Média, atendendo os interesses dos senhores e dos cleros e limitando a forma de pensar e agir da casta trabalhadora de servos e camponeses, cuja inexistência destas, seria impossível a formação, a sustentabilidade e a expansão desse modo de produção.

Sobre o segundo pressuposto¹⁶ apresentado pelo autor, é de grande importância, pois, definirá as fronteiras de um país, limitando o campo de ação e poder dos Estados e também dos comerciantes. Estes, que tiveram importante papel para a desintegração da sociedade medieval, particularmente do seu regime de trocas e de seus costumes.

4.1 Outras contribuições para, o entendimento da exaustão do Feudalismo e o surgimento do novo modo de produção aliado ao Estado Moderno.

Sendo a sociedade feudal agrária e a relação das pessoas com a terra, o principal vínculo de sustentação desse sistema social, o crescimento da produtividade agrícola deu origem a mudanças profundas e na dissolução do feudalismo medieval.

As mudanças nas técnicas de cultivo do solo aumentaram a produtividade e a fertilidade dos campos. Através do sistema de rodízios em três campos e com o conhecimento das estações do ano, os medievais aumentaram cerca de 50% sua produtividade na mesma proporção de terra trabalhada.

Com a introdução do sistema de rodízios em três campos, a terra arável passou a ser dividida em três áreas com as mesmas dimensões. No outono, plantava-se centeio ou trigo no primeiro campo, e na primavera ou no verão realizava-se a colheita. No segundo campo, plantava-se aveia, ou feijão ou ervilha na primavera. O terceiro ficava em pousio. A cada ano, processava-se um rodízio na utilização dos três campos. Em cada campo, alternavam-se as três fases: no primeiro ano, uma cultura de outono, no ano seguinte uma cultura de primavera, no terceiro ano, repouso. (HUNT & SHERMAM, 1982, p. 23 - 24).

Já que a produtividade de alimentos aumentou com a técnica de rodízio em três campos, houve inovações nas ferramentas usadas pelos camponeses no trabalho, já que agora a sobra de alimento poderia alimentar mais animais. Os bois começaram a ser substituídos por cavalos, que tornou mais rápido o transporte de cargas e a aragem da terra.

“A utilização de um arado movido por uma junta de bois exigia o esforço combinado de mais de um homem; para operar um arado atrelado a um cavalo, bastava um homem.” (HUNT &

¹⁶ Guerras de formação das fronteiras.

SHERMAN, 1977, p. 24). O aperfeiçoamento das técnicas de trabalho agrícola e dos meios de transporte de carga mais eficaz favoreceu o crescimento populacional e a concentração urbana.

“As estimativas históricas mais seguras demonstram que a população européia duplicou entre os anos de 1000 e 1300.[...]Em 1300 inúmeras cidades floresciam por toda Europa e não eram poucos os centros urbanos densamente povoados” (HUNT & SHERMAN, 1977, p. 24)

À medida que os centros urbanos se expandiam, os campos dos senhores feudais perdiam seus trabalhadores, que agora, buscavam vender sua força de trabalho na produção manufatureira, enfraquecendo o vínculo com a terra, dissolvendo o feudalismo e dando origem a uma nova organização social.

O crescimento da produtividade agrícola, além de ocasionar o aprimoramento de transporte, também proporcionou um excedente de alimentos, favorecendo os comerciantes que tinham plena liberdade de acumular riquezas, estes que fariam parte da classe ascendente da burguesia.

Todavia, o comércio a longa distância teve importante papel na troca do modo de produção. A principal transformação aconteceu no modo de produzir mercadorias e nas relações que acompanharam isso. Visto que, o sistema manufatureiro doméstico do ramo industrial visava suprir as necessidades de exportação, essa diferente e nova forma de relações de trabalho alterou profundamente a forma de organização social, que não teria mais como característica principal a imobilidade social.

Nos feudos, os artesões, por exemplo, também eram agricultores. À medida que estes migravam para as cidades, perdiam o vínculo com a terra, pois exerciam um ofício realizado em um determinado lugar – oficina – que não era dele próprio. Assim obtinham uma renda que era usada para suprir suas necessidades.

Numa fase posterior do sistema manufatureiro doméstico, o mercador – capitalista passou a ter a propriedade das máquinas e instrumentos de trabalho e, freqüentemente, do prédio no interior do qual a produção se realizava. Contratava os trabalhadores para acionarem os instrumentos de trabalho, fornecia-lhe as matérias primas e apropriava-se dos produtos acabados. (HUNT & SHERMAN, 1982, p. 23 - 24).

Nesse ofício exercido nos centros urbanos, o artesão além de perder suas habilidades de produzir artesanato, fato que modificava sua personalidade, estava destinado a operar ferramentas que não pertenciam a ele, como era antes. O artesão era incorporado nas etapas de produção, vendendo a sua força de trabalho para ganhar um salário, não mais como recompensa o abrigo e a proteção características fortes do modo de produção feudalista.

Todavia, a situação expressa demonstra a imersão de um novo modo de produção, constituído de relações sociais e de trabalho, as quais passam a ter a incorporação do dinheiro como fator essencial para manter, expandir e espalhar através do comércio, manufatura e industriais, os pontos

de interesse dos atores, donos dos meios de produção, vistos como chefes pela massa proletariada. Por outro lado, essa situação também demonstra a eliminação da auto – suficiência do feudo, bem como dos costumes da tradição senhorial.

Notoriamente, os senhores feudais começaram a perder seu poder e sua influência. Já que o vínculo com a terra por parte dos servos era desfeito, que juntamente com o enfraquecimento da Ética Paternalista Cristã, fizeram os campos feudais esvaziarem-se. Os camponeses deixaram os campos senhoriais e chegando aos centros urbanos europeus do séc. XVI tornavam-se operários, cujos vínculos passaram a ser com máquinas têxteis, engrenagens e alavancas.

Os senhores feudais descontentes com a situação, adotaram em suas terras o regime de *enclosure*, que consistia em cercar os campos e fechar as terras, obrigando os camponeses a migrarem para as cidades. Assim os antigos senhores feudais poderiam criar ovelhas, cuja lã destas, servia de matérias prima para as indústrias têxteis em ascensão. “Havia duas vantagens na criação de ovelha: os preços elevados que a lã alcançava no mercado e a quantidade mínima de mão – de – obra que a manutenção de rebanhos requeria.” (HUNT & SHERMAN, 1977, p. 33)

O regime de *enclosure*, vinculado ao vigoroso, robusto e corpulento crescimento populacional, fez progredir a perversão de costumes, o desregramento e a licenciosidade dos laços feudais, dando origem a uma ampla força de trabalho com novas características: camponeses, que muitas vezes chegavam aos centros urbanos sem destino certo, pois, eram obrigados a deixar os campos, devido ao interesse lucrativo dos senhores.

Por outro lado, as cidades, com precária infra-estrutura, cujo palco de atrações, eram as indústrias manufatureiras, recebiam os camponeses, transformando-os em uma classe oriunda do novo modo de produção. Essas pessoas que migravam dos campos eram ausentadas de luxo – ferramentas e instrumentos de trabalho – e compunham a nova classe do proletariado, na condição de apenas vender suas forças de trabalho e consumir produtos industrializados.

Tal situação que vai ao encontro do surgimento do Estado Moderno e início da transição para a supremacia de uma nova classe – burguesia – e subordinação de outra – proletariado –. “Os novos monarcas buscam o apoio da burguesia para derrotar os senhores feudais rivais para unificar o Estado, transformando em um poder centralizado.” (HUNT & SHERMAN, 1977, p. 35)

Assim, a dissolução da ordem feudal, que se tornou territorialmente fragmentada, repartida e fracionada, que foi fruto do processo histórico do homem, o qual buscava e ainda busca melhor condições de comodidade, praticidade e conforto, estabeleceu profundas mudanças nos campos político, social e econômico em comparação a ordem feudal anterior.

O estado moderno europeu consistiu na realidade, uma forma de organização de poder político com características que o tornaram peculiar e diverso de outras formas históricas anteriormente homogêneas de organização do poder. O elemento

central dessa diferenciação consiste 1) na progressiva centralização do poder político em instâncias cada vez mais amplas que terminam por abranger o âmbito completo das relações políticas, 2) na concomitante afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política, e 3) na progressiva aquisição da impessoalidade do comando político. (CASTRO 2011 p. 44).

Com o surgimento do Estado Moderno a política passa a ser um instrumento de poder adotado pelo Estado em escalas cada vez mais abrangentes e intensivas do que no antigo sistema. Sua aplicabilidade na nova forma de organização social e trabalhista, fez com que os territórios que se encontravam sobre o domínio dos diversos Estados Modernos capitalistas em progênie, se tornassem patrimônio das nações, e, as ordens estatais salientadas representassem a garantia territorial para as próximas gerações.

Além disso, com o surgimento do Estado Moderno, os mercadores e industriais que pertenciam à classe média capitalista emergente, sentiram-se contentes, privilegiados e satisfeitos. Pois, ao encontro dessa conjuntura estava a forte presença estatal, que por meio da utilização de seus poderes promovia, elevava e impulsionava os interesses específicos dessa classe. Tal classe detentora dos meios de produção e fonte dos salários pagos aos proletariados.

Para tanto, será o Estado, aliado aos interesses capitalistas, terá a incumbência de preservar, manter e resguardar o bem estar da população para fazer ascender à ideologia nacionalista de amor a nação.

“Nesse período o Estado começou a tomar o lugar da igreja, assumindo a função de interpretar e zelar pelo cumprimento da Ética Paternalista Cristã. (HUNT & SHERMAN 1977, p. 41)”. No entanto, a nova ideologia¹⁷ predominante do Estado moderno, será o nacionalismo¹⁸, que substitui o código moral da Ética Paternalista Cristã.

As proposições de Chauí (2006) sobre o significado do termo ideologia são duas: por um lado a ideologia continua sendo aquela atividade filosófica científica que estuda a formação das idéias a partir das relações entre corpo humano e meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações captadas pelos cinco sentidos, por outro lado, ideologia passa a significar também o

¹⁷ **IDEOLOGIA** (fr. *Idéologie*) 1. Termo que se origina dos filósofos franceses do final do séc. XVIII, conhecidos como “ideólogos”, [...] para os quais significava o estudo da origem e da formação das ideias. Posteriormente, em um sentido mais amplo, passou a significar um conjunto de ideias, princípios e valores que refletem uma determinada visão de mundo, orientando uma forma de ação, sobretudo uma prática política. (Japiassú & Marcondes, 2006 p. 141).

¹⁸ **NACIONALISMO** (in. *Nationalism*; fr. *Na-tionalisme*, ai. *Nationalismus*-, it. *Nazionalis-mó*). O conceito de nação começou a formar-se a partir do conceito de povo, que havia dominado a filosofia política do séc. XVIII, quando se acentuou, nesse conceito, a importância dos fatores naturais e tradicionais em detrimento dos voluntários. O *povo* (v.) é constituído essencialmente pela vontade comum, que é a base do pacto originário; a nação é constituída essencialmente por vínculos independentes da vontade dos indivíduos: raça, religião, língua e todos os outros elementos que podem ser compreendidos sob o nome de “tradição”. Diferentemente do “povo”, que não existe senão em virtude da vontade deliberada de seus membros e como efeito dessa vontade, a nação nada tem a ver com a vontade dos indivíduos: é um destino que paira sobre os indivíduos, ao qual estes não podem subtrair-se sem traição. Nesses termos, a nação só começou a ser concebida claramente no início do séc. XIX; o nascimento desse conceito coincide com o nascimento da fé nos gênios nacionais e nos destinos de uma nação particular, que se chama *nacionalismo*. (ABBAGNANO, 1998 p. 693).

conjunto de idéias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores de determinada época.

“Ratzel, para ele o nacionalismo como estratégia [...] era bem mais importante do que a adesão a uma ética política defensora dos Estados.” (CASTRO 2011 p. 67). O nacionalismo territorial é de grande valia aos Estados, pois, torna os habitantes de uma nação leais, seja no país de origem, ou, de criação. Outro critério importante do nacionalismo é o estabelecimento de uma cultura pública de massa, baseada em valores comuns e tradições da população, tornando a cidadania idealizada pelo povo. “O sofisma fundamental do nacionalismo esta em considerar como sinônimos, nação, pátria e estado.” (SANTOS 1964, p. 11)

Todavia, manter o controle sobre a população por parte do Estado, por meio de uma ideologia é de grande apreço aos capitalistas e simpatizantes. Pelo fato da Ética Paternalista Cristã e o feudalismo ruírem, o nacionalismo e o estado moderno capitalista tomam o lugar, edificando o papel que os antecedentes outrora teve: manter, expandir e espalhar os pontos de interesse do sistema predominante.

O nacionalismo do Estado Moderno substitui a Ética Paternalista Cristã da Idade Média, fazendo o mesmo papel em um contexto diferente: com novos instrumentos de trabalho sofisticados da época, novas relações trabalhistas e sociais de caráter individualista, oriundos da grande população em massa que migrava para os centros urbanos e da intensiva circulação de mercadorias promovida pelo comércio a longa distância.

Ainda mais, o Estado não é uma força estabelecida, atribuída ou inspirada do exterior da sociedade. Ele é um produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento. O Estado é o ícone revelador que fez a sociedade ter um problema de difícil resolução: classes econômicas com interesses contrários.

O Estado diante dessa luta conflituosa de interesses, por meio de seu poder e suas forças, consegue atenuar essa luta estéril se colocando superiormente acima da sociedade, manipulando esse insolúvel jogo de cobiças por meio da política e ficando ao lado sempre da classe burguesa.

“Para Marx, o estado é um órgão de domínio de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes.” (SANTOS 1964, p. 130)

É em conseqüência da divisão de classes que o Estado se torna inevitável para o desenvolvimento da produção que se defronta com esse obstáculo, fruto de sua própria origem. Ele é visto como soberano e fonte dos abusos capitalistas.

Outro traço marcante do Estado é a instituição de um poder público, que se torna imprescindível para manter a ordem, não só através de uma guarda armada, mas também, com elementos materiais que impõe obediência a sociedade como prisões e instituições coercitivas.

“O estado é sempre o estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, que também, graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada.” (SANTOS 1964, p. 133)

Assim, o controle do território e seus conteúdos, tanto pessoa como bens, é uma questão fundadora para todas as sociedades estabelecida, dirigidas e controladas por modelos de Estados Modernos, sendo este uma instituição constituída por relações sociais, econômicas e políticas complexas.

“Também no Estado Moderno, a centralidade territorial do poder político só foi possível por submissão e controle ao território” (CASTRO 2011, p. 125)

Percebe-se a estreita ligação entre poder, território e Estado. Para isso, tomemos algumas considerações sobre estes termos.

4. 2. O Território sob perspectiva do Estado e a Reforma Epistemológica deste

O conceito de território teve ênfase diferente com o passar do tempo. Ele foi muito utilizado por geógrafos importantes do séc. XIX e XX. A significação do conceito de território foi sendo concretizada com o passar dos anos, a fim de tentar achar uma definição absolutamente inteligível intrincado nas relações sociais. Estas, que materializam os territórios através das convivências, que se desenvolvem e desenvolveram-se nos diferentes e distintos modos de produção, e que fez sair da noção, do território sendo apenas um recorte dotado de certas características naturais particulares, aproximando-se do conceito de região usado por Yves Lacost.

O conceito de território amplia sua gama de discussão entre os anos de 1960 e 1980, onde se acaba incrementando a ele os processos de reflexão sobre os paradigmas dominantes na ciência moderna, as mudanças sócio-espaciais efetivadas na pós-segunda guerra e os frutos dos processos e conflitos de operários localizados nos diversos continentes do planeta.

Na década de 60, em Turin, no triangulo industrial, a luta de trabalhadores em virtude da localização da Fiat, faz o território ganhar novas significâncias a fim de buscar entende-lo atrelado a uma equivalência técnica, que se expressa do seguinte modo:

A redescoberta deste conceito a partir de um processo socioespacial se dá em meio ao conflito social, inerente a organização da fábrica – cidade, do trabalho e da

reprodução do capital, ou da reorganização *capitalista do território da produção*. (SAQUET, 2010 p. 40)

É a partir desse fato histórico que o território passa a ser entendido não mais como elemento natural, mas como um produto de relações sociais organizadas politicamente. É na década de 70 que o *conceito território* passa por um grande processo de mudança de entendimento, passando a ser visto como uma área sob influência de grupos sociais ligados a atuação do Estado.

É por meio da publicação de importantes trabalhos nos *Cadernos do Território*, entre a década de 60 e 70 que a nova concepção do termo geográfico presente se torna mais esclarecido, tênue e compreensível. Entre os principais teorizadores estão Dematteis e Quaini.

A constituição da abordagem territorial como uma forma para explicação de certas questões e processos não compreendidos coerentemente até aquele momento, substantivada através daquelas que podem estar entre as primeiras considerações específicas e sistematizadas, na geografia, nessa *nova* concepção, sobre territorialidade humana, que estão os trabalhos de Dematteis (1964, 1969 e 1981) [...] e Quaini (1976). (SAQUET, 2010 p. 42 – 43).

Nos trabalhos publicados por Dematteis, o conceito de território é entendido como produto social, lugar da vida e de relações. É estudando as particularidades das casas rurais que ele vai mostrar a forma do território através da relação entre os membros das casas rurais com a terra, estes com a vizinhança, com a comunidade, com a sociedade urbana, e progressivamente em escalas cada vez mais amplas. É nessa abordagem relacional que Dematteis vai considerar o território como fruto das organizações determinadas por cada sociedade ao longo da História.

Em seus trabalhos, ele se apóia na doutrina marxista para evidenciar as problemáticas sociais que constituem a nova noção de território. Amparado por Marx, Dematteis afirma que assim como as relações sociais, as formas de organização e os fatos históricos que passaram por transformações ao longo dos tempos, o pensamento geográfico também passou.

Além de usar como referência Marx em seus trabalhos, Dematteis utiliza-se de David Harvey, para promover discussões geográficas que levam em consideração temas como espaço, informação e interação social. Estes passam a ganhar força na Geografia, na medida em que para muitos geógrafos, a concepção de espaço em Kant – pioneiro da Geografia Moderna – é vista como simplista e desconexa da realidade. Por tais razões, Dematteis faz o uso da *Justiça Social e a Cidade* para argumentar sobre o espaço com caráter relacional.

É nas ações dos membros das casas rurais da Itália com os centros urbanos, levando em consideração as relações intermediárias de ambos, as relações entre os membros da família com a terra, com os vizinhos e a comunidade, que Dematteis vai mostrar as interações territoriais entre diferentes lugares e pessoas. Nesse sentido ele desenvolve componentes para uma territorialidade humana, onde as formas de organização social são históricas e determinadas pelas sociedades

“Na minha interpretação, esse autor sinaliza para uma compreensão (i)material do território e da territorialidade humana, a partir desses fatores psicológicos (subjetivos) e econômicos que destaca.” (SAQUET, 2010 p. 49). Aos fatores psicológicos – subjetivos – se compreende como a identidade e as relações entre os grupos familiares e as relações em maior escala. Aos fatores econômicos as técnicas e a circulação mercantil.

Para Dematteis, o território da sociedade humana, como produto da socialização, é completamente diverso da compreensão (imprópria) do território como fruto do comportamento animal. O território é fundado em comportamentos humanos opostos, envolvendo a comunicação, a cooperação e a troca, ou seja, as formas de socialização em uma dada formação territorial. “(SAQUET, 2010 P. 80)

As territorialidades cotidianas para Dematteis, são os relacionamentos entre os diversos indivíduos, tanto na casa, da comunidade e da cidade, que acontece e se desenvolve em todas escalas determinando os processos sociais e os territórios, que são resultados das formas de organização cultural e econômica.

Quando Dematteis enfatiza a casa rural e o conceito de território utilizando critérios imateriais, é saliente mostrar que estes se desenvolvem nas relações sociais entre os homens que compõe as organizações, tanto externo, quanto interno a família.

Além disso, Dematteis também vai deixar claras às regras que são determinadas por cada grupo social. São as ferrovias, estradas e a mobilidade dos trabalhadores – redes – os quais integram a circulação mercantil, distintas famílias e grupos sociais que revelam a dinâmica territorial, que é envolvida por relações de poder, informações e interações sociais. São os homens vivendo em sociedade que através de suas atividades vão territorializar o espaço e humanizar a natureza.

É nessa complementaridade entre as redes que o território vai se organizar conforme cada sociedade, estas que vão transformar – humanizar – a natureza, manipular áreas, atividades políticas e econômicas, dando significado às relações sociais, através do processo histórico. “O território é compreendido como área e sobretudo como relação sócia, econômica e política” (SAQUET, 2010, p. 50).

No mesmo caminho, Massimo Quaini apresenta argumentos em relação a natureza – história, para mostrar a renovação da Geografia e definir a organização territorial capitalista. É na “interação dialética entre sociedade, natureza e território” (SAQUET, 2010, p. 54) que os aspectos da organização territorial do capitalismo vai se mostrar.

Assim como em Dematteis, percebe-se em Quaini uma postura marxista, pois, ele igualmente vai mostrar que existem exploração e expropriação direta dos trabalhadores nas relações históricas. “São as relações de produção, na rotação do capital, no dizer de Quaini (1974) numa abordagem claramente materialista das relações capital – trabalho que constroem e organizam o território” (SAQUET, 2010 p. 54).

O território nessa perspectiva passa a ser visto como fruto das relações sociais dos homens. Além de Dematteis e Quaini, outros importantes nomes fazem parte da conjuntura nessa reelaboração teórico – metodológica da Geografia. Lucio Gambi, com sua escola em Milão, no final dos anos 50, o grupo de Coppola em Nápolis, Franco Farinelli em Bologna e a associação de Vincenzo Guarrasi com quase trinta integrantes. Todos esses citados, localizados na Itália.

Para Cappola, entre os anos de 1960 – 70 houve uma reformulação da epistemologia da Geografia. Nesse mesmo sentido, entende-se que tais fatos acarretaram mudanças significativas que determinaram os arranjos futuros da ciência geográfica. Percebe-se também, que a Itália foi o lugar onde isso aconteceu.

Portanto, o novo arranjo territorial, compreendido na década de 60 e 70 foi oriundo dos movimentos operários ocorridos na Itália, das relações que vieram a surgir com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas relações, e da interpretação destes fenômenos, diante de importantes nomes desse período.

4. 3. O poder sob perspectiva do Estado

Sendo o território e os estados, desejo de posse aos que querem obter o poder, através de muitas condições e de diversas estratégias e possibilidades existentes para adquiri-lo, mostra-se nesta parte do trabalho, o entendimento de importantes nomes da Geografia e da Filosofia sobre este termo.

Entender o que significa o termo “poder” é compreender os processos que guiam e determinam a organização do espaço. Porém, a noção do termo “poder”, que para quem o estude se torna objeto de conhecimento, possui muitas indeterminações e contradições, o que significa dizer que é um conceito irresoluto. Tal atributo, porque tanto geógrafos como filósofos atribuem a ele distintas significações.

Trata-se de uma palavra polissêmica e indispensável para poder compreender a realidade dos estados e das configurações territoriais nas diferentes épocas, pois, ele sempre se revela nas esferas das ações, designando a capacidade de agir direta ou indiretamente sobre os objetos internos de um Estado – Território, bem como sobre a vontade e as personalidades pessoais, individuais ou coletivas.

Em relação a vontade e a personalidade, o poder torna estas como um universo de valores sociais, que por meio das interações comunicativas estipulam vontades particulares ou coletivas, e também tornam tudo aquilo que é socialmente aceito e valorizado, ou não.

Castro (2011) apresenta diferenças entre o *poder de* e o *poder sobre*. Ao primeiro modelo, ela afirma que exemplos dessa espécie de poder, é a ação do homem sobre a natureza, ou então sobre qualquer outro objeto constituinte do território que se modificado não implica na índole pessoal. A

segunda forma de poder – *Poder sobre* – coloca em ação forças que são condições e possibilidades concretas de relação entre objetos e pessoas dos territórios e dos estados. Objetos e pessoas, que são subordinados (as) *sobre o poder* dos estadistas, capitalistas ou atores em geral. Portanto, tanto as estruturas legais de um estado, e as pessoas que condicionam estas, estão inseridos em um campo de força que dilata, estendem e propaga, a vontade do mais forte, sobre a vontade do mais fraco.

Outro geógrafo importante que faz referência ao termo que esta sendo analisado aqui, é Claude Raffestin. Para ele, esse conceito é ambíguo, podendo ser ele escrito com letra maiúscula – *Poder* – ou com letra minúscula – *poder* –. Conforme segue: “O primeiro é mais fácil de identificar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É poder visível, maciço, identificável” (RAFFESTIN, 2011 p. 47).

Para Raffestin, o *Poder* expressa a ação do *poder*. Para ele, o *Poder* é sempre presente, enquanto o *poder* se revela a fatos passados. Isso quer dizer que o *poder* é resultado fenomenológico de um *Poder*, que por meio desse – *Poder* – se infiltra nas relações sociais através dos aparelhos ideológicos do estado, para manipular a população e ponderar os recursos naturais. Isso é *poder*.

Em conformidade com Raffestin, a perspectiva de Ratzel sobre o poder, é que ele – poder – é responsável pelos desequilíbrios de todos os tipos. Sejam na escala das relações sociais, econômicas, políticas e territoriais. O processo de consolidação dos Estados aconteceu pelo fato do território se submeter às leis estatais de força que fazia ascender o nacionalismo para manter o controle e a ordem. Todavia, o território para Ratzel é visto como reflexo do Estado. Pois, este ajuda a moldar a história das sociedades e monopolizar o poder político, que para fazer efeito exige um território unificado e sua existência duradoura.

Tanto Castro em seu livro *Geografia e Política*, como Raffestin na obra *Por uma Geografia do Poder* mencionam Foucault, pois este faz uma série de proposições acerca do termo. Seguem:

1. Que o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou se deixe escapar; o poder exerce a partir de inúmeros pontos em meio a relações desiguais imóveis.
2. Que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade a outras relações – como econômicas ou de conhecimento –, são efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas relações desiguais.
3. Que o poder vem de baixo; isto é, não há o princípio das relações de poder uma oposição binária e global entre dominadores e dominados. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos sociais e nas instituições.
4. Que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas. São atravessadas de fora a fora por um cálculo; não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Estes não são individuais, mas estão na base da rede de poderes que funciona em uma sociedade.
5. Que lá onde há poder, há resistência; as correlações de poder só podem existir em função da multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio. Estes pontos estão presentes em toda a rede de poder. As resistências são o outro termo das relações de poder, inscrevem-se nestas relações como um interlocutor irreduzível. (CASTRO, 2011 p. 99).

Ou então, na economia de palavras de Raffestin:

1) O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2) As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas; 3) O poder vem de baixo, não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; 4) As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5) Onde há poder há resistências e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais esta em posição de exterioridade em relação ao poder. (RAFFESTIN, 2011 p. 48)

Ambas as proposições acerca do sentido imposto ao termo poder são feitas segundo Foucault. Porém a citação de Castro (2011) complementa em detalhes e argumentos concordantes a citação de Raffestin (2011).

Outro nome importante que também faz referência ao termo analisado é Hobbes. Para ele o poder dos homens, consiste nos meios que os mesmos dispõem para alcanças qualquer bem futuro. Segundo ele:

O *poder natural* é a essência das faculdades do corpo ou do espírito; extraordinariamente força, beleza, prudência, capacidade, eloquência, liberdade ou nobreza. Os *poderes instrumentalistas* são os que se adquirem mediante os anteriores ou pelo acaso, e constituem meios e instrumentos para adquirir mais: como riqueza e reputação. (HOBBS, 1979 p. 53)

Existindo dois tipos de poder para Hobbes, na conjuntura que tratamos aqui, mais importante e que vai ao encontro do conceito de *Poder e poder* mostrado por Raffestin é o *Poder Instrumental*. Pois estão ligados as particularidades dos territórios e dos estados e não dos indivíduos. De forma geral, o poder para Hobbes se torna mais poderoso, quando a vontade de vários homens, une-se a somente um. Isso transforma o poder em uma força concentrada, faz dele único e unido.

Para esclarecer a significância de poder em Hobbes é preciso dizer, que ele trata do assunto, aplicando e fazendo analogia a coisas distintas, como por exemplo: o poder das ciências, o poder dos instrumentos de guerras e o poder dos homens.

Para ele, a ciência se torna poderosa, pois somente os que a compreendem são capazes de alcançar objetivos estipulados, não podendo ser entendidas pelos tolos e delinquentes. As artes de utilidade pública, a fabricação de máquinas e de instrumentos de guerra, são poderosas porque conferem a vitória. Além disso, todos estes serem construídos através do estudo das ciências.

O poder de um homem para Hobbes se revela através de seu preço. É pelo uso das atribuições e dos deveres de um homem que se mede seu poder, dessa forma não é absoluto. Como por exemplo: “Um hábil condutor de soldados é de alto preço em tempos de guerra, presente ou iminente, mas não é em tempos de paz; Um juiz doutor e incorruptível é de grande valor em tempos de paz, mas não o é em tempos de guerra” (HOBBS, 1979, p. 54)

Sendo este conceito, um termo que aparece em muitas concepções, expressões e teorias de filósofos e geógrafos, a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, apresenta o conceito “poder” sob três acepções fundamentais.

A primeira é a capacidade natural de agir, como quando dizemos que um líder tem o poder de eletizar as massas. A segunda é a faculdade moral ou legal, ou ainda, o direito de fazer determinada coisa [...]. Na sua terceira acepção o termo designa concretamente a autoridade, os órgãos que exercem o poder, o governo. Neste sentido, ele é considerado classicamente, segundo as funções que exerce, em poder legislativo, que elabora as leis; poder executivo, que vela pela sua execução, e poder judiciário, que julga sua aplicação. (ÁVILA, 1972, p.512-513)

Tendo como objeto de estudo o poder, a Filosofia e a Geografia, tomam para si este termo com a finalidade de fundamentar e interpretar a realidade de maneiras mais nítidas possíveis. No entanto, essa tentativa não é fácil, pois, se trata de uma palavra, cujo fenômeno consiste na reunião de vários sentidos em uma só palavra, como percebe-se:

Em Hobbes (1979:53), o ‘poder de um homem (universalmente considerado) consiste nos meio de que presentemente dispõe para obter visível bem futuro’. (b) Para Webber (1982:43), ‘Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade’. (c) Bertrand Russel (1979:24) diz que ‘o poder pode ser definido como a produção de resultados pretendidos’. (d) Para Lasswell (1979:112), ‘o poder é especificadamente, um valor de deferência: ter poder é ser levado em conta nos atos (políticas) de outros’. (e) Já para Bachrach (1970:22), ‘Existe poder quando há conflitos de interesses ou valores entre duas ou mais pessoas ou grupos. Tal divergência é condição necessária, porém, insuficiente, do poder. Uma relação de poder se diferencia da influência pela possibilidade de uma das partes invocar sanções. (CASTRO, 2011, p. 97).

Visto a infinidade de sentidos, significações e atributos que remetem o conceito “poder”, entendo ele, de uma forma geral como uma coisa intrínseca das pessoas, uma faculdade intermediária de possibilidades de realizações, em todas as esferas de ações, em elementos físicos naturais, psicológicos sociais e político econômico.

5. Sobre relações possíveis entre o desenvolvimento epistemológico da Geografia e o surgimento do Estado

No processo epistemológico da Geografia, o homem nem sempre foi objeto de investigação dessa ciência. Ele se torna objeto dela, depois de um longo processo de gradação de conceitos, postulados e teorias, resultados, do grande esforço de filósofos, naturalistas, historiadores e geógrafos, na tentativa de resolver problemas que abarcaram não somente tais áreas, mas que

seriam essenciais resolvê-los para dar contingência científica não só na Geografia, como em outras disciplinas.

Tal esforço é de grande valia, pois forneceu a Geografia, em especial, uma vasta gama de temas que se verticalizaram e se horizontalizaram em sua árvore epistemológica. Em determinado momento da formação da Ciência Geográfica, ficou impossível não tomar como objeto de investigação e estudo o homem. O homem como objeto de estudo geográfico, se torna de grande relevância, pois, traz consigo além de inúmeras questões problemáticas a serem resolvidas, uma situação particular de todas as ciências humanas e sociais: a convivência das tribos, civilizações, cidades e países com o meio natural.

De forma singular, a Geografia toma o homem como objeto de estudo a partir da formação das civilizações com La Blache. Este é um ícone para essa ciência, pois ele é o primeiro a colocar sob a óptica da Geografia, o homem que passa a ser visto pela ciência geográfica, sem a possibilidade de viver e se desenvolver unicamente só, por isso vivem em civilizações.

La Blache foi o precursor da Escola de Geografia Francesa, que levava no cerne de seus discursos uma postura *possibilista*, caracterizada por afirmar que o meio exerce influência sobre o homem, mas que este, dependendo das condições técnicas e do capital de que dispunha poderia exercer influência sobre o meio.

No entanto, o problema central enfrentado pela França entre os anos de 1800 e 1900 não era a questão do espaço, como no caso da Alemanha. Eram sim os problemas sociais oriundos da Revolução Francesa. Por tal motivo, os intelectuais franceses que eram apoiados pelo Estado, se preocuparam antes de tudo em elaborar proposições que viçassem resolver os problemas sociais. Fato que torna o país como berço das Ciências Sociais e da fama a Émile Durkheim.

Por outro lado, a Alemanha se deparava com problemas relacionados ao espaço. Pois, se tornou um país, apoiado pela força de um Estado Nacional muito tarde, quando os demais países europeus já estavam vivenciando a tempo a importância dessa instituição. A fama de Bismarck, o grande general de guerra, responsável por constituir o Estado Germânico – Prussiano, não se daria se o mesmo não conhecesse de forma tênue os princípios de Ratzel.

A política expansionista alemã não faria efeito sem a ajuda das teorias elaboradas por Ratzel. Assim, percebe-se que o processo de evolução epistemológica da Geografia, que enquadrou o homem sob a óptica da política, se refletiu em uma realidade conflituosa, estridente e incomodativa que marcou a Europa do séc. XVIII.

Se de um lado, tem-se o *Possibilismo Geográfico* da Escola Francesa de Geografia, cujo Estado Nacional inaugurou colônias na Ásia e na África, somente pela ajuda dos estudos sobre

civilizações de La Blache, por outro lado, temos o reflexo de uma postura epistemológica da Escola de Geografia Alemã; o *Determinismo Geográfico*.

Essa postura epistemológica diferente da de La Blache da Escola Francesa, que salientavam que o homem teria a possibilidade – *Possibilismo* – de alterar o meio natural, pregava que as influências naturais exerciam força sobre a humanidade, sustentando que o meio natural seria uma entidade definidora da fisiologia e da psicologia humana, bem como determinando as condições de desenvolvimento e progresso tecnológico de uma nação. Ou seja: o homem é marcado pela natureza que o cerca.

Tais conflitos territoriais foram provenientes e podem ser considerados como forma de testes experimentais das teorias dos geógrafos que estavam contra – postas e preocupadas com a questão do espaço e da tentativa de saber quais delas era mais eficaz.

Portanto, pode-se afirmar que o desenvolvimento do legado científico de Ratzel estava estritamente relacionado à ocasião histórica de unificação da Alemanha e pelas ações de Bismarck. Ele, que foi legitimado pelo *Determinismo Geográfico* e pela noção de *espaço vital*, que lhe propiciaram forças para conquistar a Alsácia e a Lorena, regiões riquíssimas em recursos minerais e muito importantes para impulsionar o progresso humano e a industrialização da Alemanha.

Também, não é por acaso que La Blache critica as ações tomadas pelo Estado Nacional alemão, que se constituía. Mais ao fundo, refinado e oculto se encontra não somente a busca pela hegemonia entre os Estados na Europa, mas sim, uma disputa acirrada, epistemológica e argumentativa entre essas duas escolas da Geografia: *O Possibilismo francês* e o *Determinismo alemão*.

Todavia, essa disputa epistemológica de noções geográficas diferenciadas, teve como ponto de início o instante em que o homem vem a se tornar objeto de estudo dessa ciência. Portanto, o momento histórico da expansão política dos Estados Alemão e Francês têm mera relação com o processo de desenvolvimento epistemológico da Geografia.

Pois, a formação dessas instituições é fruto de formas de testes e experimentos das teorias geográficas que exploravam o espaço e que ao tomarem para si os homens como objeto de investigação proporcionou contingência científica a Geografia, enriquecendo-a por meio da somatização de teorias e conceitos, que se verticalizaram e se horizontalizaram em sua árvore.

As críticas de La Blache a Ratzel também foram de grande importância. Pois, na medida em que estas aconteciam, o francês procurava enriquecer seus discursos aprimorando a estrutura da formação da ciência geográfica, bem como postando sua postura *possibilista* em uma posição particular dentro dessa ciência.

Também Ratzel fez o mesmo. E, tentando colocar o *determinismo* acima do *possibilismo*, motivou a monarquia alemã a constituir o Estado Nacional. Isso aconteceu somente por que: quando o homem tornou-se objeto de investigação da Geografia, cujo responsável foi La Blache, Ratzel percebe que pode ser superior a ele em instâncias científicas, fazendo de suas teorias algo mais útil do que apenas demonstrar como o homem se espalhou pela superfície terrestre. Ratzel elaborou pressupostos que ensinaram, explicaram e demonstraram o que, e como fazer, para uma nação desenvolver-se politicamente, economicamente e socialmente.

Portanto, o homem sendo um marco na evolução científica da Geografia, o torna com este atributo, somente por que; quando ele é enquadrado pela ciência geográfica e pela política, esse fato transforma a Geografia não mais somente em um agregado de conhecimentos riquíssimos que estuda os elementos físicos das paisagens. Mas, sim em um manual de controle e soberania dos Estados, onde no índice copêndico se encontram temas como: território, poder, política, relações sociais e estados.

A disputa epistemológica promovida entre o *possibilismo* e o *determinismo* acabou por configurar territorialmente o planeta, tendo como ponto de partida as relações intrínsecas de pensamentos e idéias dos geógrafos, que se refletiram na tomada de decisões dos Estados Modernos a par das escolhas coloniais continentais, que inauguraram modos de vida distintos, culturas, hábitos e costumes, cujo elemento central de tais promoções foram as relações sociais e de poder que se deram através do processo histórico.

Todavia, discordando das afirmativas apresentadas por La Blache e Ratzel, que colocam o homem sob um campo de influência e controle – civilizações e estados – os geógrafos libertários, Reclus e Kropotkin, negam a importância de tais instituições para mostrar que o homem que vive sem a determinação e influência de um Estado, pode evoluir intelectualmente e desvendar as problemáticas do poder inerente nas relações sociais, controladas e manipuladas pelos diferentes atores, que ocupam cargos com nomes diferentes, mas que permanecem com as mesmas funções e objetivos, para estabelecer índoles e personalidades individuais ou coletivas nos sujeitos ou grupos, que formam uma nação, assegurando o controle e espalhando os pontos de interesse territoriais.

No entanto, os geógrafos clássicos como os libertários, foram essenciais na construção epistemológica da Geografia, por meio de seus discursos e das sistematizações teóricas, que muitas vezes resultaram em sentenças estridentes. Pois, vezes causavam conflitos e tumultos além de colocar a sociedade científica e acadêmica em uma situação de dúvida ao decidir qual seguimento geográfico optar, já que a Geografia se tornou uma ciência, a partir da modernidade, preocupada em investigar as relações sociais e de trabalho, a origem do poder e dos Estados, bem como capaz de estudar todos os objetos físicos e naturais da superfície terrestre.

Em relação ao surgimento do Estado Moderno e o desenvolvimento epistemológico da Geografia, conclui-se que: o crescimento intelectual e particular dos precursores da Geografia, que foram abordados nesse trabalho, progredia na medida em que as teorias se confrontavam ou se requintavam umas as outras, mas que isso, só teve origem, porque cada autor, em sua subjetividade interpretativa, teve a intenção de privilegiar a si e a ciência geográfica.

Os membros do poder estatal utilizando-se dos pressupostos dos Geógrafos Clássicos, para dar sistematicidade, organização e controle no território sob influência de um Estado, lhe davam méritos e reconhecimentos, além de promover o desenvolvimento da ciência geográfica, a fim de mostrar qual delas – *possibilismo* ou *determinismo* – era a mais segura e de maior potencialidade a um Estado Nação. Já em relação aos geógrafos libertários, os Estados nacionais de qualquer país, poderiam ter o conhecimento deles, para evitar revoluções sociais e colocar a população a seu favor. Todavia, as dúvidas e os resultados experimentais das teorias se verticalizaram e se horizontalizaram, dando conteúdo e volume a árvore científica da Geografia na Idade Moderna e Contemporânea.

Por traz das tomadas de decisões políticas dos estadistas europeus, principalmente dos franceses e alemães, estava a forte presença de geógrafos dedicados que realizavam o trabalho árduo de escrita e leitura, tanto de livros como das teorias de seus oponentes, nessa disputa epistemológica, que só fez beneficiar a configuração territorial mundial.

O papel que tiveram esses geógrafos foi de muitíssima importância. A dedicação deles na elaboração de suas teorias, assegurava às autoridades políticas das nações, o caminho mais firme, seguro e beneficiador em relação à sistematicidade e funcionamento das instituições estatais, às quais, tiveram nítida progressão na Idade Moderna, época em que a Geografia toma para si, importantes objetos de estudo; o homem, o estado e a política, todos estes impregnados pejorativamente de relações sociais, econômicas e políticas.

6. Apontamentos Conclusivos

O desenvolvimento deste trabalho de monografia foi realizado no decorrer de todo o período do Curso de Pós-Graduação – Especialização em História da Ciência, da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

As temáticas abordadas neste trabalho não foram escolhidas por acaso. Todas elas fazem parte da conjuntura epistemológica tanto da Geografia como da Filosofia, e, mostram os principais elementos que tornaram a Geografia uma ciência investigativa de tudo que o ser humano é capaz de

conceber e, da Filosofia uma disciplina inerente do nosso cotidiano, promotora de reflexões críticas e análises teóricas em todas as áreas científicas.

Sendo de grande importância os assuntos tratados aqui, os títulos de cada capítulo bem como a seqüência destes, foram bem pensados a fim de deixar a estrutura e o texto mais claro e compreensível ao leitor.

No primeiro grande capítulo, de nominado *Constituição da Geografia como Ciência na Idade Moderna* se encontram os principais elementos que fizeram da Geografia uma ciência. Responsáveis por isso foram grandes nomes, os quais foram incumbidos e motivados por vontade própria a promover meditações a cerca dos objetos de estudo da Geografia. A relação das paisagens com o aparelho cognitivo humano, Kant; a comparação das paisagens na busca do significado real da superfície terrestres, identificando as diferentes semelhanças e estabelecendo comparações, Ritter; a catalogação e identificação taxonômica de substâncias naturais, tanto vegetais como animais, resultados das pesquisas racionais de Humboldt; o estudo das principais *Áreas Laboratoriais* do planeta, as quais abrigavam os homens em uma época remota, fornecendo boas condições às civilizações que se expandiam e povoaram a Terra, La Blache; e, a noção de *Espaço Vital* proporcionada por Ratzel, que em suas teorizações apontou aspectos referentes ao solo e aos Estados.

Esses autores fazem parte do conjunto denominado de Geógrafos Clássicos ou da Geografia Clássica. As principais características desses geógrafos são por eles terem vivido a fase do progresso do capitalismo industrial, uma época, onde o conhecimento teria que ser aprofundado, para poder ter a sapiência do espaço produtivo.

Todavia, ainda no primeiro grande capítulo, membros de outro grupo de geógrafos são apresentados; Reclus e Kropotkin. Estes são denominados de Geógrafos Libertários e pertencem a Geografia Libertária. A dupla de autores, que fazem parte dessa esfera, tinha como objetivo de seus estudos, mostrarem, criticar e combater os principais elementos da sociedade, responsáveis por promover a degradação social e intelectual. Entre os principais objetos, que foram propagados por ambos e que se somatizaram na árvore científica da Geografia, é as relações sociais, a divisão da sociedade em classes e princípios esclarecedores de combate ao Estado.

Além de apresentar as principais teorias e conjunto de expressões dos Geógrafos Clássicos e dos Libertários, nessa primeira parte do trabalho, se encontram também os principais postulados de um grande personagem da Filosofia da Ciência, Gaston Bachelard. Este, que analisa o processo de desenvolvimento científico da Geografia, considerando que nenhum conhecimento é oriundo do nada. Bachelard apresenta o critério de *encrustamento* para mostrar que os pontos mais elevados da árvore científica, são frutos da interpretação subjetiva e do aprimoramento promovido pelos nomes

posteriores, isto é, mais elevados da árvore epistemológica. Assim, esses conhecimentos que compõe a Ciência Geográfica, estão sempre em ebulição, sempre dando origem a novas teorias, que por sua vez, quando apresentadas por seus precursores, estará sujeita a interpretações distintas, podendo ser aprimoradas, reformuladas ou criticadas. Ou seja; é nesse processo de dialética entre as teorias, que a Ciência Geográfica vai ser formar enquanto se reforma.

O segundo capítulo¹⁹ foi destinado a mostrar diferentes modelos de estados, em variadas quadras temporais. A justificação para apresentar tais protótipos é para mostrar que mesmo na Idade Antiga, Medieval e Moderna, já estava implícito a noção de Estado nos moldes moderno, sustentado por um sistema territorial, no entendimento promovido pela reformulação epistemológica na década de 60 e 70 e tendo como principal meio de sustentação a utilização do poder.

Todavia, o terceiro capítulo²⁰ se detém em esclarecer termos e conceitos que aparecem no segundo capítulo. Ele está subdividido em três partes, as quais abordam aspectos históricos referentes ao *Estado, Território e Poder*.

Foram apresentando os principais elementos da queda do modo de produção feudal e o surgimento do modo de produção capitalista, que se revelaram com os principais aspectos relacionados ao surgimento do Estado Moderno, procedente de novas ferramentas de trabalho, as quais atraíam muitos operários aos centros urbanos.

Tal motivo, que criou a necessidade de uma instituição – Estado – com poder centralizado, para articular os inúmeros interesses do sistema territorial, abarcado por relações sociais, econômicas e políticas, direcionadas pelos interesses capitalistas, que eram e são, pré-estabelecidos por um conjunto de regras dado pelos atores que tinham e tem o objetivo de manter, expandir e espalhar seus pontos de cobiça.

Por fim, no quarto e último capítulo²¹ estão às considerações sobre a relação do desenvolvimento epistemológico e a configuração territorial da atualidade. Considero este quarto capítulo o mais interessante, pois, nele estão contido expressões inéditas e particulares minhas. Neste capítulo não é feito uma retomada bibliográfica como foi realizado nos capítulos anteriores.

No quarto capítulo apresento argumentos centrais que relevam o porquê da França promover a colonização na África e na Ásia. Fato este, que pertence ao processo histórico, mas principalmente ao conjunto de sentenças elaboradas por La Blache sobre as *Áreas Laboratoriais* e aos *Gêneros de Vida*, enquadrados pela Epistemologia Geográfica. Tais pressupostos que chegaram aos sentidos e a

¹⁹ *Os Modelos de Estados em diferentes épocas.*

²⁰ *A Constituição do Estado Moderno.*

²¹ *Sobre relações possíveis entre o desenvolvimento epistemológico da Geografia e o surgimento do Estado.*

razão dos estadistas franceses, que descobriram através das teorias de La Blache, que tanto a Ásia como a África estavam impregnadas por civilizações que se encontravam intelectualmente e culturalmente atrasadas, sendo assim, fácil colonizá-las e dominá-las, utilizando-se das perspectivas apresentadas no terceiro capítulo, de território e poder.

Por outro lado, no Estado Nacional Alemão, em especial o grande general de guerra e importante estadista, Otto Von Bismarck, tinham o conhecimento dos postulados de Ratzel. Essa informações oriundas das pesquisas e análises empíricas por parte do geógrafo renderam a Bismarck no âmbito da razão, motivação e auxílio na tomada das decisões ao tentar recuperar o atraso mercantil, industrial e econômico da Alemanha. Esta, que instalou em seu território o modo de produção capitalista e uma instituição estatal única com poder centralizado, tardiamente.

Todas as abordagens que foram realizadas nesse trabalho foram esclarecidas. Porém, apenas uma não foi respondida e que se encontra na parte introdutória dessa monografia: “Mas no entanto, se não fossem pelas ciências exatas, cujos resultados foram responsáveis por proporcionar ao homem os diversos utensílios tecnológicos, e, que geraram a dicotomia entre homem x natureza, qual poderia ser o outro ponto de partida para a iniciação científica da Geografia Moderna, se não este? Não sendo este o principal objetivo investigativo do trabalho, essa questão será respondida em trabalhos futuros, os quais terão em vista fazer análises geográficas antecedentes ao período científico da modernidade, por meio da utilização de textos de filósofos antigos, como *O Céu* de Aristóteles e a monumental obra em 17 volumes de Estrabão, *A Geographia*, onde ele está preocupado em descrever os principais costumes dos diversos povos daquela época.

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*, Nicola Abbagnano, São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

ANDRADE, M. C. *Geografia Ciência da Sociedade*, Manuel Correia de Andrade, Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. *Filosofando – Introdução a Filosofia*, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, São Paulo, SP: Moderna, 1993.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006

ÁVILA. F. B. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, Fernando Bastos de Ávila, Rio de Janeiro, RS: Fename, 1972.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*, Gaston Bachelard, Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2011.

BRENDA, J. *O Pensamento vivo de Kant*, Julien Brenda, São Paulo, SP: Martins Fontes, 1983.

CASTRO, I. E. *Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições*, Iná Elias de Castro, Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

CHAUÍ, M. *O que é Ideologia*, Marilena Chauí, São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.

DURANT, W. *História da Civilização - Nossa Herança Clássica e a Vida na Grécia, Tomo 1º, 2º parte*, Will Durant, São Paulo, SP: Nacional, 1957

FIGUEIREDO, V. *Kant & A Crítica da Razão Pura*, Vinícius de Figueiredo, Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes, Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2006

HUNT, & SHERMAN. *História do Pensamento Econômico*. E. K. Hunt e Howard J, Sherman, Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

HOBBS, T. *O Leviatã*. Thomas Hobbes. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Nicolau Maquiavel. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MORAES, A. C. R, *Geografia: Pequena História Crítica*. Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2009.

MOREIRA, R. *O pensamento geográfico brasileiro. As matrizes clássicas originárias*, Ruy Moreira, São Paulo, SP: Contexto, 2010.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*, Immanuel Kant, São Paulo, SP: Nova Cultural, 1999.

PINZANI, A. *Filosofia Política II*, Alessandro Pinzani, Florianópolis, SC Editora Filosofia/EAD/UFSC, 2005.

RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo, SP: Khedyr, 2011

SANTOS, M. F. *Análise de Temas Sociais. Tomo III*, Mario Ferreira dos Santos, São Paulo: SP, Logos, 1964.

_____. *O Problema Social*, Mario Ferreira dos Santos, São Paulo: SP, Logos, 1964.

SAQUET, A. M. *Abordagens e Concepções de Território*. 2ª Edição. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010

SILVA, I. B. *Inter relação a Pedagogia da Ciência. Uma leitura do Discurso Epistemológico de Gaston Bachelard*, Iton Benoni da Silva, Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

VITTE, A. C. *Contribuições a História e a Epistemologia da Geografia*, Antonio Carlos Vitte, Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006

